

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

**SÓCRATES PEREIRA SILVA**

**O FAZER-SE JOVEM: JUVENTUDES, MST E SEUS MODOS DE  
EXISTIR**

VITÓRIA

2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

**SÓCRATES PEREIRA SILVA**

**O FAZER-SE JOVEM: JUVENTUDES, MST E SEUS MODOS DE  
EXISTIR**

Trabalho de dissertação apresentado ao Curso de pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito obrigatório para Exame de Defesa. Trabalho orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Paula Figueiredo Louzada

VITÓRIA

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

S586f Silva Pereira, Sócrates, 1993-  
O fazer-se jovem : Juventude, MST e seus modos de existir / Sócrates Silva Pereira. - 2020.  
93 f. : il.

Orientadora: Ana Paula Louzada Figueiredo.  
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) -  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Juventude. 2. Movimentos da juventude. 3. Juventude rural. I. Louzada Figueiredo, Ana Paula. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

---

SÓCRATES PEREIRA SILVA

**O FAZER-SE JOVEM: JUVENTUDES, MST E SEUS MODOS DE EXISTIR**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Paula Figueiredo Louzada**

Universidade Federal do Espírito Santo/PPGPSI

Orientadora

---

**Prof. Dr<sup>o</sup> Ueberson Ribeiro Almeida**

Universidade Federal do Espírito Santo/PPGPSI

Membro convidado

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Janaina Mariano César**

Universidade Federal do Espírito Santo/PPGPSI

Membro interno

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Amaral Ferreira**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/

Membro externo

## AGRADECIMENTOS

A dimensão coletiva nesse trabalho se deu pra além da discussão teórica. Foi na coletividade que se deu a possibilidade do pensar, da reflexão, da prática e da potência. Dessa forma não posso deixar aqui de fazer meus agradecimentos a todos estes que marcaram essa dissertação, mas sobretudo marcaram esse processo que se encerra.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Sem-terra e as Juventudes do MST, que cotidianamente apostam em uma outra forma de vida, um outro modo de existir e que afirmam que é na coletividade que a luta acontece, que a vida acontece; Agradeço especialmente aos militantes e as militantes do Assentamento Vale da Esperança, sobretudo o companheiro Dimas e a Companheira Joelma que nos acolheram e ensinaram de maneira espetacular através da práxis da terra e das muitas conversas e visitas.

Agradeço a Deus e aos meus companheiros desencarnados que se fizeram presentes durante todo esse percurso, dando o aporte espiritual nos momentos mais difíceis.

Agradeço a Professora Dr<sup>a</sup> Rosely Maria da Silva, Tia Rose, que foi fundamental nas discussões, nos vários momentos de trocas, das ligações em que só falávamos e o outro ouvia num processo elaborativo e reflexivo, mas sobretudo por reafirmar para mim que é na coletividade que a vida ocorre.

Agradeço a professora Dr<sup>a</sup> Adriana Amaral e ao GECEP por todo o aporte teórico e os momentos de discussão que hoje compõem esse trabalho, numa dinâmica coletiva e que nos momentos finais retornaram de forma muito intensa, fazendo eu reviver momentos já idos mas que seguem em movimento e pelos projetos na Ilha das Caieiras e no Assentamento Vale da esperança que instigavam ainda mais meu desejo de pesquisa sobre juventudes.

Agradeço a minha companheira Milena pelas noites e dias que estive junto a mim mesmo que eu estivesse mergulhado nessa escrita. Agradeço a ela também pela oportunidade de dividir nessa caminhada o cuidado e a responsabilidade pela nossa linda Ana Rosa, que nessa reta final foi essencial nos momentos mais cruciais, tirando-me do assossego.

Agradeço aos meus pais Aloisio e Jailza pelo apoio e por” segurarem a barra” em alguns momentos para que a escrita fosse possível e por me encorajarem a seguir com a certeza da minha potencia e no movimento da constituição de quem sou!

Agradeço ao meu irmão Victor e as minhas irmãs Barbara, Viviane e Ana Luiza pelos momentos lúdicos e potentes nos reencontros não mais cotidianos, mas que tornaram essa caminhada leve.

Agradeço ao Movimento Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo que afirma a luta por uma educação acessível a todos e todas e que contribuiu muito para minha formação politica mas sobretudo por colocar a juventude em movimento dentro da universidade, entendendo os desafios que essa luta apresenta.

Agradeço aos amigos que já vieram comigo nessa caminhada e aos que chegaram no processo pois é junto desses que encontro o afeto que faz com que a luta e o caminhar da vida não sejam tão penosos, dando cor e forma nos encontros e reencontros que tanto me fazem bem. Juliana, Victor, Flávio, Danielle, Mariana, Vinicius e Gabriel, obrigado por cada momento único que pude dividir com cada um de vocês!

Ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI) e a coordenação que a todo o momento durante meu processo se fez presente, garantindo o que fosse necessário para o término dessa dissertação, afirmando uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Aos Professores e Professoras que marcaram esse processo de maneira profissional, ética e que possibilitaram novos horizontes teóricos, metodológicos e de potência.

A CAPES pelo fomento na pesquisa e pelo financiamento que possibilitou a pesquisa e a escrita dessa dissertação.

## RESUMO

Esta pesquisa busca analisar quais discursos a respeito do jovem circulam nas pesquisas realizadas no MST e, também, nas publicações realizadas pelo mesmo movimento. Estes discursos apontam para qual direção? Eles fortalecem a força capaz de confrontar o Estado? Nosso sujeito de pesquisa são os jovens do MST, analisados nas produções do MST; sobre o MST; e no meio acadêmico. A metodologia escolhida para esse trabalho foi a pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002), pode ser entendida como um processo que requer bastante habilidade do pesquisador. Para analisar as produções foi preciso educar o olhar e observar partes não evidenciadas ou esquecidas ao longo dos textos escolhidos. O estudo da análise institucional em Lourau e seu conceito de “Fora do texto”, foi fundamental para compreender os conceitos e as temáticas de gênero, campo e cidade que atravessaram uma parte significativa do material selecionado. O texto apresenta discussões sobre adultocentrismo, adultidade, emancipação e autoemancipação. Resgatada a força de resistência e também o processo histórico de organização e as redes internacionais do MST contra o capitalismo, principalmente o agronegócio. Apresenta a importância dos momentos de formação, da mística e das experiências coletivas vividas pela juventude militante da terra nos assentamentos como fortalecimento dessa juventude para a luta contra o Estado.

Palavras chave- Juventudes, MST, Luta pela terra.

## ABSTRACT

This research seeks to analyze what are the discourses about the young circular in the research carried out in the MST and also in the publications carried out by the same movement? These speeches point in which direction? Do they strengthen the force capable of confronting the state? Our research subject is MST youth, analyzed in MST productions; about the MST; and in academy level. The methodology chosen for this work was a bibliographic research that, according to Gil (2002), can be understood as a process that requires a lot of skill from the researcher. To analyze how productions were made, it was necessary to educate the view and observe parts not evidenced or forgotten throughout the chosen texts. The study of institutional analysis in Lourau and its concept of "Out of the text", was fundamental to understand the concepts and the theme of gender, countryside and city that crossed an important part of the selected material. The text presents discussions about adult-centeredness, adult, emancipation and self-emancipation. It rescued the resistance force and also the historical process of organization and the international networks of the MST against capitalism, mainly agribusiness. It presents the importance of the moments of formation, of the mystique and of the collective experiences lived by the militant youth of the land in the settlements, as the strengthening of this youth for the fight against the State.

**Keywords-** Youth, MST, Fight for the Land



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Documentos do MST.....	57
Tabela 2 - Autores das revistas .....	59
Tabela 3 –Organização dos documentos usados no estudo.....	63

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mística em memória ao Massacre de Eldorado do Carajás.....	52
Figura 2 - Mística em memória ao Massacre de Eldorado do Carajás.....	53
Figura 3 - Mística em memória ao Massacre de Eldorado do Carajás .....	53
Figura 4 - Capa da Revista Sem-Terra N° 22.....	58
Figura 5 - Edição N°2 da Jornada da Juventude do MST.....	60
Figura 6 - Boletim sobre a morte de dois assentados.....	60
Figura 7 – Marcha das Margaridas.....	77

## LISTA DE SIGLAS

UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
GECEP	Grupo de Estudo de Cultura e Educação Popular
BDTD	Banco de Dados De Teses e Dissertações
MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MUST	Movimento Unido dos Sem Terra
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FMS	Fórum Social Mundial
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
CNBB	Conferência Nacional Dos Bispos do Brasil
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
GPR	Grupos de Produção e Resistência
ULTABS	União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FHC	Fernando Henrique Cardoso

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: EU JOVEM: CAMINHOS PARA A PESQUISA.....</b>	<b>11</b>
<b>1. SE VOCÊ É JOVEM AINDA: UMA APOSTA ÉTICO-POLÍTICO-AFETIVO- INVENTIVA.....</b>	<b>18</b>
<b>2. O MST E SEUS MODOS DE EXISTIR: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE POLÍTICO-CULTURAL.....</b>	<b>25</b>
2.1. As lutas históricas pela terra.....	26
2.2 As lutas políticas e os modos de existir do MST.....	34
2.3 A práxis do MST e a produção de subjetividade político-cultural.....	42
<b>3. O JOVEM MILITANTE DO MST: ENFRENTAMENTO CONTRA O CAPITAL.....</b>	<b>46</b>
3. 1. Corpos que resistem: a mística como um fazer artístico e insubmisso.....	49
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: COMO OS JOVENS COMPARECEM NAS LITERATURAS SOBRE JOVENS E MST .....</b>	<b>56</b>
4.1 Produções no site do MST.....	56
4.2 Produções sobre o MST.....	60
4.3 Produções do discurso acadêmico.....	63
4.3.1 Análise das temáticas: Gênero e Evasão nas produções.....	69
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>88</b>

## **INTRODUÇÃO: EU JOVEM: CAMINHOS PARA A PESQUISA**

### **Carta de um jovem pai**

*Final da tarde, calor de Vitória que fazia nossos corpos suarem. Minha companheira ao meu lado, telas à nossa frente, outra tela acende ao lado, uma alma pra salvar-nos desse inferno: “vamos tomar uma?”, dizia a mensagem. Tomamos um banho e descemos rumo ao Cavalo de Troia, bar que conhecíamos de nome, mas não de corpo. Já que o bar do Bidu havia fechado, esse seria o nosso rumo. Sentamos à mesa, entre sorrisos e risadas, brincadeiras e devaneios, percebo que minha companheira não bebia, pergunto se está tudo bem e ela responde que sim, que não quer beber e que um suco de maracujá seria o ideal. Pedi o suco, chegou, bebeu e pareceu se aliviar. O tempo passa e, em meio à gritaria, o barulho, o som das risadas da nossa mesa e das mesas ao redor, escuto ela me falar “vamos embora?” e assim fomos, conversando sobre os amigos que encontramos, sobre a falta de beber no Bidu, ainda assim percebo que há nela algo que a deixa retida e, como num disparar de uma flecha, ela lança a frase “Acho que estou grávida”. A felicidade correu por minhas veias, o sorriso foi espontâneo, o desejo de ser pai já habitava em mim há muito tempo, tão forte e pulsante quanto ser jovem. É preciso que eu fale que as dúvidas e incertezas, advindas de uma gravidez não planejada, habitavam o coração da minha companheira.*

*Terceiro ultrassom, “querem saber o sexo?”, perguntou o médico e, antes que pudéssemos responder, ele disse “é uma menina”, conter as lágrimas foi difícil, tanto quanto o é agora, uma menina. Chorei ainda mais quando, ao olhar para minha companheira, vi em seu rosto, um sorriso que era imensurável; descrever o sorriso que brotava de seu rosto faz a escrita dessa dissertação ser simples.*

*Mudamos de casa, nos adaptamos e planejamos, “como vamos criar essa vida?” e percebemos que não sabíamos nada, talvez o básico. É nessas horas que, covardemente, o medo vem, vem para mostrar que há um estranhamento com algo novo a se experimentar, a se viver. Contas, mestrado e exames, como podem dizer que jovens não têm responsabilidade? Que não sabem lidar com o novo, com o estranhamento? Então, “Seria esse o fim da minha juventude?”, eu pensava, “é possível ser jovem e ser pai?”, “o que é ser pai?”. Enquanto tentava responder a essas*

*perguntas, depois de um último ultrassom e de conversar com o obstetra, ele diz “vá para o hospital, está na hora de nascer”, coração acelerado, quase saltando garganta afora, estômago embrulhado, é chegada a hora. Esse constante diálogo entre meus devires, devir jovem, devir pai; devir acadêmico, devir profissional, permite a provocação de subjetividades e por um movimento constante que produz novos territórios.*

*Entrada no hospital, exames, avaliação, sala de parto. Enquanto aguardava para me chamarem a entrar na sala de cirurgia, ouço um choro, um choro doído de quem acaba de vir à vida. Enquanto ela chorava lá, eu chorava na sala de espera, de alegria por ela ter chegado, alguém que tanto esperamos e vimos pouco a pouco tomar forma. Mas chorava também de tristeza, por não estar ali junto dela e de minha companheira. Desculpas, suturas e médicos. De pronto uma voz emerge: “quer entrar pra ver sua filha?”, perguntou a enfermeira. Entrei na antessala cirúrgica com as pernas trêmulas, pareciam dois gravetos em que o vento forte balança, fazendo com que um choque-se ao outro.*

*Sentir o calor daquele pequeno corpo ao meu é uma sensação tão difícil de descrever... Se antes eu já chorava, nesse momento parecia estar derretendo, parecia segurar a felicidade em minhas mãos. Tão logo eu a segurei, tão logo eu tive que deixá-la, não podia acompanhá-la na parte da noite.*

*Casa vazia, insônia, ansiedade. Voltar para casa naquela noite foi uma das coisas mais difíceis de se fazer, lembrar do calor daquele pequeno corpo, do cheiro, do choro e ficar sem saber se minha companheira estava bem ou não, afastava de mim o sono e eu clamava pelo raiar do dia, para que pudesse, enfim, voltar para junto delas. Noite longa aquela, noite que fazia meu coração acelerar de alegria e palpitar de preocupação. O dia raiou e em meu coração raiou a felicidade, a ansiedade de chegar logo ao hospital. Os dias seguiram, seguiram e, então, “vamos embora?”, a mesma pergunta me é feita, dessa vez sem barulhos, sem devaneios, mas foi um convite tão forte quanto a primeira vez. Escadas, cadeira, gatos. Subimos os degraus do prédio com minha companheira em uma cadeira, entramos pela porta e minha casa que, nunca pareceu ter tanta vida, quando elas adentraram, transbordou dela, de vida. Os gatos sumiram, esconderam-se daquele novo cheiro que ali surgiu.*

*A vida, que é dinâmica e se constrói em movimento, foi caminhando e, em 2019, minha filha nasce e, com ela, a possibilidade de um lugar outro, que não esse habitual de “ser pai”. Mas havia ainda essa dissertação a terminar e há uma proposta em nós de um lugar outro na paternidade e no dividir a caminhada de nossa vida com o outro. Fico cerca de um mês longe desse trabalho, para tentar dar conta das demandas de casa, filha e companheira. Afinal, o que é o homem adulto? Tornar-me pai, automaticamente, me confirma como adulto? Como adulto e pai, necessariamente, devo orientar-me para realizar a vida, o trabalho fora do espaço doméstico, prioritariamente feminino? De toda maneira, briguei, brigo e assumo o desafio de produzir outras relações que, se não superam o patriarcado, ao menos, nos colocam nas relações de outra forma.*

\*\*\*

Escutamos de pais, amigos, familiares, “mas vocês vão cuidar sozinhos dessa criança?”, “vocês são jovens, precisam que um adulto esteja junto para que vocês possam aprender a como serem pais”. Remar contra a maré, que já tem sua força aglutinada, seu ritmo e intensidade própria, demanda do remador permanente exercício; aplicar força insistente na remada é cansativo e desafiador. Assumimos uma aposta ético-estético-política ao construir nossas relações, neste novo momento de nossas vidas, outras práticas e modos de exercer a paternidade e a maternidade que, de alguma forma, supere a idéia de que estar na vida adulta, corresponderia a repetir o que já está colocado. O desejo de produzir uma outra relação ao ser pai, vem de uma resistência jovem, de uma *intensidade juvenil* que me permite inventar, experimentando, outras relações, outros desafios, outras apostas, outras configurações e ações.

Como escapar das “modelizações provenientes da máquina capitalista” como alerta Guattari e Rolnik (1996)? Enquanto escrevia e reescrevia essa dissertação, várias reflexões foram importantes nesse sentido. Entender a formação coletiva do jovem do Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST) me permitiram rever minha própria formação familiar. A força da constante recuperação e reinvenção dos símbolos e mística do MST para manutenção dos afetos políticos do movimento de resistência ao modo de vida baseado no capital me fizeram refletir sobre a importância das narrativas familiares realizadas em momentos festivos da minha família. Narrativas que

recuperam a resistência e potência de uma família de pessoas pobres e pretas, que recuperam a memória das minhas bisavós e bisavôs, avó e avô numa militância cotidiana que melhoraram a vida de muitos. Uma trajetória de muita gestão de si e do mundo que me atravessa inconscientemente e me fortalece enquanto devir jovem, preto e pobre.

Estudar a força de formação do MST nos jovens que se envolvem com o movimento me fez recuperar minha história com esse movimento. Desde a graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, tive a oportunidade de participar do projeto de Extensão junto ao grupo de pesquisa sobre cultura e educação popular – GECEP<sup>1</sup> no assentamento do MST denominado Vale da Esperança, em Santa Tereza, no Espírito Santo. Nas ações praticadas e diversos estudos efetuados na graduação, aproximamo-nos da luta pela terra e acompanhamos processos formativos que nos instigam a pensar nos discursos que circulam em documentos formativos, informativos e de pesquisa que olham para o MST e fortalecem em nós a identidade de luta.

Desde que iniciamos os estudos no âmbito do Mestrado, estávamos focados para olhar para a(s) juventudes(s) de outra forma; nos instigava a realização de uma pesquisa que ampliasse a maneira como se tem abordado a problemática do jovem. Várias foram as apostas e desenhos da pesquisa, do problema de investigação, das formas de fazer o trabalho acontecer. Mas, quando a vida nos convocou, tirou da parcimônia, do habitual, com sua força espontânea, sentimos que foi possível a colocação da pergunta que mobiliza esta pesquisa, a saber: Quais discursos a respeito do jovem circulam nas pesquisas realizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST e, também, nas publicações realizadas pelo mesmo movimento? Estes discursos apontam para qual direção? Eles fortalecem a juventude militante, capaz de confrontar o Estado? Desse modo, nos instigava compreender as juventudes e o MST, desafiando como o jovem comparece nas diversas práticas que fortalecem a luta por terra.

A metodologia escolhida para esse trabalho foi a pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002), pode ser entendida como um processo que requer bastante habilidade do

---

<sup>1</sup>Grupo de Pesquisa do Departamento de Serviço Social, coordenado, à época, pela Professora Doutora Adriana Amaral.



pesquisador e que, neste caso, foi utilizada para organização dos textos que analisamos. Foi realizado o levantamento bibliográfico, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto de análise. Para análise do discurso sobre o jovem, optamos por trabalhar com Análise Institucional, porém no que Loural (1993, p. 73) vai conceituar de “Fora do texto”, ou seja:

Tais textos relevam as implicações do pesquisador e realizam restituições insuportáveis à instituição científica. Falam sobre a vivência de campo cotidiana e mostram como, realmente, se faz a pesquisa. E é isso que não se deve dizer ou mostrar.

Essa dimensão de análise que Lourau (1993) utilizou para pesquisar diários foi fundamental para essa pesquisa, pois as leituras de detalhes hora esquecidos em partes do texto nos permitiram observar as temáticas de gênero, e evasão do campo e outras que estavam presentes no texto, ora apresentadas pelos autores, ora tocadas de forma rápida. O fato de os textos falarem do cotidiano dos movimentos também foi fundamental para que nós pudéssemos aproximar essa leitura daquela realizada por Lourau, embora no diário exista um grau de intimidade do autor com o texto e no texto acadêmico exista uma busca para fugir dessa intimidade, mas que em se descrevendo o dia a dia, nem sempre isso é possível.

Ao ler o material selecionado, buscamos, como afirma Siqueira, educar os sentidos; cada narrativa sobre o jovem no MST, presente nos textos, precisa de:

(...) um olhar sensível (DIAS, 1999), assim como Zanella (2006, p. 139), que nos convida à experiência de olhares estéticos, olhares que “rompam com as estereotípias que nos cegam à diversidade da realidade e da vida. [...] que nos permitam reinventar nossos modos de ver, de ouvir, de sentir, de pensar, de viver e conviver” (SIQUEIRA, 2016, 42 e 43).

O material selecionado sobre jovem e MST seguiu três critérios: produções do MST, produções sobre o MST e discurso acadêmico. As **produções do MST foram pesquisadas**: nos sites do MST (37 boletins), 15 jornais dos trabalhadores e 34 revistas Sem Terra. Total de 86 documentos. O recorte temporal foi o ano de 1996 (data do massacre do Carajás, Dia internacional de luta pela terra, Abril Vermelho); as **produções sobre o MST foram pesquisadas**: no Banco de Dados de Teses e Dissertações – BDTD, com as palavras-chaves “Juventude” e “MST” e no banco da

SciELO, foram selecionados 18 trabalhos; já as **produções no meio acadêmico foram pesquisadas**: Banco de Dados de Teses e Dissertações – BDTD, com as palavras-chaves “Juventude” e “MST”. Foram selecionados 18 para a primeira fase e 4 para a segunda fase.

Os capítulos foram organizados da seguinte forma: a introdução traz a carta de um jovem pai. Nesta assumimos uma proposta resistência ao capital e de reinvenção de vida, um jovem com autogestão, desafios de lutas individuais e coletivas vividas nas relações com esposa, filha e também com uma família de avós, primos, tios e nossos pais e irmãos. As experiências com o MST, a Graduação em Serviço Social também são apresentadas como justificativa de escolha da temática da tese. Estudar movimento do jovem do MST configurou-se, muitas vezes, em estudar a nossa própria história.

O capítulo I tem como objetivo compreender o que é ser jovem e por que é importante estudar as juventudes. Trabalho, conceitos de jovem, juventude, na busca de um estranhamento do que parece ser natural e normal ou para além do que está estabelecido. A discussão do jovem passa também pela discussão da concepção de infância e de termos como “adultocentrismo” e “adulthood”. Nogueira, Siqueira, Coimbra, Cesar, Deleuze e Guattari são autores que buscamos dialogar para pensar uma juventude plural, em processo, e que constantemente cria novas formas de ser e se colocar no mundo.

O capítulo II resgatada a força de resistência e também o processo histórico de organização e as redes internacionais do MST contra o capitalismo, principalmente o agronegócio. Um movimento que tem início com pautas de luta por terra e que vai avançando, abraçando diversas outras lutas como educação, gênero, etc.

O capítulo III apresenta momentos de formação e ação do jovem militante da terra. São apresentadas experiências com a mística, bem como dados de pesquisa que mostram a importância das experiências da luta, da vida no acampamento e das formações como momentos coletivos como fortalecimento do pertencimento do jovem na luta pela terra e contra o capital.

O capítulo IV traz a discussão final, ou seja, a apresentação da análise dos dados de como o jovem comparece nas produções do MST, sobre o jovem do MST e no discurso acadêmico.

## CAPÍTULO 1: SE VOCÊ É JOVEM AINDA: UMA APOSTA ÉTICO-POLÍTICO-AFETIVO-INVENTIVA

Se você é jovem ainda,  
Amanhã, velho serás,  
Ao menos que com afinco conserve,  
Tuas inquietudes e, assim, nunca envelhecerás.  
Jovens há de oitenta e tantos anos,  
E velhos há com dezesseis,  
Porque envelhecer não significa rugas,  
E juventude não implica candura [...]  
O jovem que tropeça no caminho,  
Com prontidão se volta a levantar.  
(CHAVES, 2019 – tradução nossa)<sup>2</sup>

Esse fragmento do poema do Chaves representa um convite à reflexão que atravessa essa pesquisa, a de compreender o que é ser jovem. E, por que a(s) juventude(s), o jovem, nos interessa?

Estamos na busca de compreender diversos enunciados que participaram da constituição dos jovens e que referendavam o lugar do não saber, da inexperiência, com necessidade de tutela.

Siqueira (2016), em sua tese, nos ajuda a discutir sobre invisibilidade da criança. A autora discute que a concepção adultocêntrica de infância e juventude demarca a criança e o jovem como inocentes ou más, projeto de futuro, ou seja, um vir-a-ser. Essa naturalização e universalização,

São concepções de uma infância construídas a partir do olhar adultocêntrico, demarcando a criança como o não adulto, um vir-a-ser, como falta e incompletude, sujeito que, apesar de se constituir alvo das políticas públicas, é excluído dos direitos políticos quando impossibilitado de se expressar (SIQUEIRA, 2016. P. 44)

Nogueira (2019, p.138) trabalha com o conceito de “adultescer” e adultidade; segundo o autor, são termos chave para problematizar armadilhas em políticas públicas que levem à concepção de rivalidade da infância, pois “somos seres lúdicos,

---

<sup>2</sup>Si tu eres joven aún, mañana viejo serás, a menos que con afán conserves, tus inquietudes y así nunca envejecerás. Jóvenes hay de ochenta y tantos años, y viejos hay que tienen dieciséis, porque vejez no significa arrugas, y juventud no implica candidez (CHAVES, 2019).

a ludicidade – o jogo e a brincadeira – é que nos define como humanos; nunca o controle e a capacidade de destruição”.

A Infância nos ajuda a conviver com os conflitos, com a generosidade de quem assume que o mistério da vida não precisa ser resolvido por meio de controle, mas, tão somente aceito como somente uma dádiva. Em termos políticos, o poder da infância se organiza por uma trama complexa (NOGUEIRA, 2019, P.138).

Essa problematização está em nossa inquietação pelo pesquisar a(s) juventudes(s), é por algo que nos toca, que nos atravessa e por uma aposta na construção de outros olhares ético-estético-políticos.

Junto com Deleuze e Parnet (2008, p. 3) pensamos o devir como intensidade que se orienta por “[...] jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo” Nesse sentido, quando olhamos para a(s) juventudes(s), queremos afirmar uma micropolítica atenta às produções que problematizam noções gerais e universais. Nesse sentido, entendemos que nos constituímos pelas diversas e múltiplas formas e forças que circulam nas relações sociais e que, essas mesmas, nos subjetivam permanentemente, ou seja, pensamos a(s) juventudes(s) como processo, como produção histórica, social, que abrem a possibilidade de inaugurar novas práticas que não cabem em modelos e formas definidas *à priori* (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Temos sido convidados a problematizar a dinâmica social em seu permanente movimento de institucionalização, ou seja, convidados a estranhar o que parece ser tão “normal” e natural. Desse modo, começamos a olhar para a ação permanente em que constituímos normatizações e regulamentações, instituições, que respondem às demandas que vamos criando e, concomitantemente, também, prestar atenção aos movimentos que rompem essa lógica, problematizando, rachando-a e ampliando outras práticas, outras instituições.

Decidimos operar com um conceito de juventude(s) ou, na perspectiva deleuziana, trabalhar com o conceito-ferramenta de juventudes no plural, remetendo à criação de uma pluralidade de problemas pois, “(...) todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.26,

27). Assim, encaramos as juventudes, no plural, para destacar sua força construtiva social, histórica e política. Reconhecemos que o(s) jovem(ns) não nasce(m) pronto(s), tampouco se finda quando se vê de frente com as regularidades sociais que assume(m) e confirma(m).

Desse modo, a afirmação ético-política das juventudes implica superar o tratamento dado nas pesquisas como uma etapa generalizante, quando tratam o(s) jovem(ns) como sujeito(s) que se encaixa(m) na juventude por sua faixa etária ou desenvolvimento social e/ou por um comportamento. Tenta-se, pela biologia, explicar o que se passa com o jovem, responsabilizando os hormônios, a fisiologia como causas do “estresse” e “rebeldia” nessa “fase”, de modo que o adolescente passa a ser um termo universal, abstrato e generalizado, compreendido pelos seus atributos e características inerentes a todos os seres humanos que, ao “passar” pela etapa da adolescência, indicaria que se está nela.

Vemos um indivíduo que se situa entre o chamado adolescente e o adulto. Ele é entendido com mais responsabilidade que um adolescente e, em alguns casos, mais que adultos e que por apresentarem pouca idade, fora do “mundo adulto”. Castro (2013, p. 46) observa que,

(...) já nos primeiros estudos de Pestalozzi, a idade aparece como uma forma de identificação privilegiada. *Idade juvenil* surgiu como uma definição recorrente, e se referia a um período pós-adolescência, entre 15-17 anos, e a um limite que variava com a entrada no que seria definido como *mundo adulto*.

O conceito de juventude(s) “como uma transição entre a adolescência e o mundo adulto” (CASTRO, 2013, p. 46), passou a ser a mais usada após a Conferência Internacional sobre a Juventude. Destacamos ainda que o uso dessa definição, como a mais comum passou a ser praticada, principalmente pelas instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (UNESCO), quando coloca a ideia de juventudes como aquela que se dá pela idade mínima para a entrada no mercado de trabalho e a idade máxima para o término da escolarização formal básica. (CASTRO, 2013).

Além disso, quando olhamos para a(s) juventudes(s), pretendemos olhar para os discursos que têm a capacidade de se esgueirar por entre as frestas e, de alguma

forma, escapar do instituído, o problematizando. Dessa maneira, não trabalhamos com a ideia de uma juventude, instituição totalizante e homogênea, que se tem orientado pela afirmação do olhar do desenvolvimento cronológico, enquanto fase biológica e generalizante, que trata do indivíduo enquanto uma etapa homogênea.

Assim, diferentemente a essa ideia, afirmamos o jovem enquanto modo de operar, de agenciar e que está presente em todo aquele que consegue, de alguma maneira, se indignar, sentir as correntes que os aprisionam e capturam (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Entendemos que optar por Juventude(s) amplia nossa possibilidade de análise, pois o jovem, no singular, em suas multiplicidades, constrói o que chamamos juventude(s), no plural, afirmando a instituição social.

Nos países ocidentais, incluindo o Brasil, a visibilidade da juventude ficou restrita a jovens escolarizados de classe média até meados dos anos 1960, situação que acabava condensando o significado de condição juvenil. O debate estava mais voltado para o papel que os jovens - através dos movimentos estudantis, do engajamento em partidos políticos de esquerda e principalmente através da contracultura - davam para a transformação cultural e política que estavam recebendo como herança (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016, p. 22).

Por esse motivo optamos por trabalhar, pensar e investigar os discursos que afirmam as juventudes no plural e o “jovem” como uma aposta ético-político-afetivo-inventiva, que foge a esse processo de totalização e universalização do mesmo, que escapa do binarismo jovem x adulto e das formas prontas que o explicam e que constroem, nesse processo, um modo de vida outro, constituindo relações singulares entre si de maneira que evidencia a pluralidade das juventudes. Entendemos o(s) jovem(ns) como perpassado(s) e/ou atravessado(s) por diversos modos e processos de subjetivação. Desta forma, quando limitamos a compreensão dessa multiplicidade, ao se referir as juventudes como “A juventude”, como única, arrancamos-lhe as práticas e discursos que a constituem enquanto campo criação de modos de vida.

Nesta discussão sobre juventude Castro afirma que as pesquisas que tratam a juventude no Brasil abordam diversas perspectivas e vertentes teóricas. Porém, quando se foca a juventude no campo acabamos encontrando poucas investigações. Castro (2013) diz que:

(...) muitos trabalhos tratam da categoria juventude como autoevidente ou autoexplicativa utilizando idade ou comportamento como recursos analíticos que conceituam ser jovem. Contudo, ao lado do uso reificado da categoria observa-se a sua constante problematização (p.46).

Diferente a esta ideia naturalizada de adolescência e juventude, as pesquisas antropológicas têm-nos levado à compreensão que a caracterização desse momento é cultural e não universal e biológica, desse modo, a ideia de adolescência não é universal (COHN apud MIGUEL, 2014). Destaca-se o estudo realizado pela antropóloga e psicóloga Margareth Mead em Samoa, onde foi verificar se os dilemas e rebeldias vividos pelos adolescentes norte-americanos eram características universais a essa fase da vida. Mead concluiu que tais características são culturais, não são universais e biológicas como se tentava afirmar, demonstrando que a própria ideia de adolescência não é universalizável. (COHN apud MIGUEL, 2014).

O conceito de adolescência é construído e, portanto, usá-lo, como se fosse universal, é negar as capacidades humanas de ter seu modo de existir. “Na contemporaneidade, a figura de adolescente difundida se parece muito com a tendência dos *teens* estadunidenses, um estilo de vida a ser difundido e — “comprado” pelo resto do mundo” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO 2005, p. 4).

Dessa maneira, não usaremos o termo adolescência, pois carrega consigo uma ideia que a afirmar como uma etapa entre a infância e a vida adulta, colocando o indivíduo, que vive esse momento, como aquele que precisa de tutela e de atenção. É tida como uma fase de desenvolvimento, em que acontecem decisões e escolhas fundamentais para “sucesso” na vida adulta, escolhas essas que vão dizer de um modo certo de existir, em que o adolescente se confirme como possível adulto ideal e sirva à produção econômica e que não saia do trilho (MIGUEL, 2014).

Usamos a temática juventudes que segundo Augusto, Rosa e Resende (2016) fazem movimentos importantes de contestação, eles

(...) cada vez mais buscam coletivos e associações não institucionalizados, recusando as disputas por hegemonia que caracterizam as práticas de sindicatos e partidos políticos. A desconfiança e a descrença na via



institucional levam-nos à elaboração de táticas distintas das tradicionais<sup>3</sup> (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016, p. 25).

Esses processos de subjetivação constituem-se na realidade. Essa produção acontece em uma escala ampliada, produzindo normatividades por meio de “uma produção de subjetividade social que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo”, que não é inerente ao ser, mas construída e fabricada na complexa rede de relações vividas (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p.22).

Entender que há diversas formas e forças de subjetivação que são produzidas cotidianamente na vida dos jovens é central neste trabalho. Assim, não há uma identidade jovem e sim uma análise a ser construída, que colabore a pensar nas formas de subjetivação que têm perpassado os jovens na atual conjuntura do país, especialmente quando consideramos, junto com Guattari (1981, p. 211) que

O Capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle.

Junto à poeta popular Violeta Parra (2019), olhamos para a(s) juventude(s) como o musgo que brota na/da pedra, das/nas durezas da vida, que se rebela e que, se possível, cria o novo e resiste para ser ouvido. Acreditamos, assim, que nesta pesquisa assumimos o compromisso de encontrar como essa intensidade juvenil, esse devir jovem, tem comparecido nas práticas discursivas que circulam na academia e no próprio MST.

Se vai entremeando, entremeando  
Como no muro a era  
E vai brotando, brotando  
Como o musgo na pedra  
Como o musgo na pedra, ay sim, sim, sim (PARRA, 2019. Tradução nossa)

---

<sup>3</sup>Os autores trabalham essa ideia a partir das experiências dos jovens secundaristas nas ocupações das escolas de ensino médio em São Paulo e em várias outras cidades brasileiras.

Quando nos referimos à resistência, afirmamos a analítica de Foucault (1995, p. 234, 235)) que destaca que estas práticas

(...) questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra a sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo. Estas lutas não são exatamente nem a favor nem contra o “indivíduo”; mais que isto, são batalhas contra o “governo da individualização.

Quando assumimos focar no estudo da(s) juventude(s), também, entendemos a relevância de compreender este devir como uma força que opera como resistência que torna possível outros modos de existir.

Cesar (2013) vai dialogar sobre uma juventude em processo, não escravizada. Analisando algumas possibilidades de juventude, a autora chega a Sócrates, o filósofo, e afirma que este faz o convite de “por à prova a vida”, com não aceitação de valores, regras, ou qualquer coisa que esteja naturalizada. Para a autora é necessário construir um percurso singular. Analisando os encontros de formação, avalia que

As ações cristalizadas, que remontam a respostas prontas mediante determinados problemas não servem, perturbando a “professora em nós” nos caminhos a tomar, no sentido de acompanhar e buscar outros elementos mais pertinentes à vida que move as questões, em vez de simplesmente responder a partir do que se supõe serem os problemas em jogo. (CESAR, 2013, p. 134)

## **CAPÍTULO 2: O MST E SEUS MODOS DE EXISTIR: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE POLÍTICO-CULTURAL**

A luta pela terra no Brasil tem um histórico de suor, romper de cercas e sangue, sangue principalmente dos sem-terra que tem de lidar com um Estado que é violento e imparcial quando se fala em ocupar terras. Um Estado de austeridade, com uma política de morte a quem ferir a propriedade privada! E os corpos, as subjetividades e a vida dos trabalhadores rurais sem-terra pouco importa nesse processo.

Iniciamos o texto discutindo o conceito de emancipação como um dos pontos fundamentais para pensar a força política do MST. Ferreira (2013, p.179) ao escrever a experiência do MST na “luta contra as cadeias alienantes da produção capitalista de mercadorias”, assevera que a emancipação prescinde da práxis, da coincidência entre o ser social e a consciência. Para a autora, a práxis acontece nos processos coletivos por estes ampliarem as possibilidades de formação humana a partir de enfrentamentos políticos produzidos por homens e mulheres que

(...) formam-se com a consciência de que eles mesmos, passo a passo, através de sua própria atividade, poderão apressar a transformação social. O terreno da luta política é, pois, o campo de um processo em que se produzem autênticas experiências de autoformação em que os homens e mulheres *formam-se* ao vivenciar experiências práticas e reflexivas da crítica social, o que os possibilita edificar, ainda sob o jugo das ruínas do capitalismo, novas relações sociais de produção da vida, que antecipam as bases de uma nova sociabilidade. (FERREIRA, 2013, P. 180)

Para Ferreira (2013), a esfera coletiva é fundamental para os processos de emancipação porque produzem movimentos prático-reflexivos sobre as experiências de enfrentamentos que são a base dos processos revolucionários. É no movimento coletivo que ao serem produzidas as lutas, com erros, derrotas e acertos que, por fazerem a reflexão de todo esse processo, reinventam a experiência de enfrentamento e por isso rompem de forma política com as “cadeias alienantes da produção capitalista”.

Para a autora, todo esse processo passa também pela superação de antagonismos como: universal e particular, teoria e prática e principalmente sujeito e objeto e indivíduo e universalidade. Num diálogo com Paulo Freire, Ferreira (2013) discute o lugar do saber na emancipação que ganha um conceito de

autoemancipação. A autoemancipação parte de um encontro com a práxis como base fundamental para o enfrentamento da cultura de dominação.

(...) para Paulo Freire, o ponto de partida da ação educadora está no fato de que “só os seres que historicamente se tornam capazes de saber se tornam ao mesmo tempo capazes de intervir na realidade condicionadora”. Este saber, em que os homens “apercebem-se de que o mundo, embora construído também por eles, não é verdadeiramente para eles”, “não será simples reflexo, senão reflexiva criação e recriação, um ir adiante nesses caminhos. (FERREIRA, 2013, p. 182)

Em um diálogo com Walter Benjamin, Ferreira (2013) afirma que a experiência da autotransformação passa pela rememoração do passado, buscando “subverter o curso da história”. É na leitura a contrapelo da história do MST que encontraremos a importância das suas lutas.

## 2.1. As lutas históricas pela terra

Encontramos em Canudos, com Antônio Conselheiro, as tomadas de terra, em 1893, onde trabalhadores do campo e ex-escravos buscavam sua terra prometida, tendo uma forte ligação com o movimento religioso. Em Canudos,

Todos tinham o direito à terra e desenvolviam a agricultura familiar. Havia um fundo comum destinado à assistência de velhos e doentes. [...] Em 5 anos, Canudos chegou a ter cerca de 10 mil habitantes, que na época era a população das maiores cidades da Bahia. (MORISSAWA, 2001. P 86).

Canudos terminou por sentir o peso do Estado, tendo seu povo massacrado, mas não sem antes resistir, lutando até os últimos instantes pela sua terra e por suas vidas.

A Guerra do Contestado<sup>4</sup> foi outro evento onde a luta pela terra demonstra a face sangrenta do Estado. Para a construção da ferrovia que ligaria São Paulo a Rio Grande do Sul, o governo entrega uma enorme extensão de terra à empresa *Brazil Railway Company*, o que culmina em uma desapropriação massiva de famílias que ali residiam e sobreviviam. A região foi explorada e desmatada para a passagem dos trilhos por empresas que vendiam a madeira no Brasil e exterior. Além disso, no final da construção da ferrovia, em 1912, cerca de 8 mil trabalhadores ficaram

---

<sup>4</sup>Também conhecida como Guerra Desconhecida e Guerra dos Pelados.

desempregados e passaram a perambular pela região à procura de trabalho (MORISSAWA, 2001).

Organiza-se no Rio Grande do Sul com o “Monge” José Maria uma luta contra a desapropriação de 6.696km<sup>2</sup> de terra por parte da *Brasil Railway Company*, em contrato com o governo brasileiro, que declarou as áreas como devolutas. Estabelece-se uma comunidade com os camponeses que habitavam a região, com um novo modo de vida e resistência. Por causa de sua luta pela terra encontra coronéis que o acusam de ser monarquista e de estar contra a república, levando-o a ter de se refugiar em Vila Irani, que estava em disputa pelos estados de Santa Catarina e do Paraná (MORISSAWA, 2001).

A entrada do Monge, junto com seus seguidores, foi interpretada pelos paranaenses como uma invasão de catarinenses. Atacados pela força pública do Paraná, eles revidaram e saíram vitoriosos. Mas o Monge foi mortalmente ferido. (MORISSAWA, 2001, p. 87).

Mesmo com a morte do Monge<sup>5</sup>, o número de pessoas na região aumentou e isto que fez com que as empresas, os coronéis e o Estado se juntassem e atacassem novamente os resistentes, o que levou a uma nova derrota. Porém, num segundo ataque das forças federais, foram obrigados a deixar a terra e seguir para Caraguatá, onde foi o novo local de residência dos mais de 5 mil sobreviventes. Dessa vez, o ataque foi por uma epidemia de tifo que obrigou a todos a deixarem aquele local e formarem pequenos grupos, que foram destruídos pouco a pouco até o final quando o exército, a polícia e os jagunços atacaram um grupo de 20 mil pessoas, destas restando apenas 3 mil após o massacre, onde até aviões foram usados.

A construção da rodovia Rio-Bahia fez com que as terras em Governador Valadares/MG fossem valorizadas, dessa forma os habitantes dessas terras passaram a ter a suas portas os supostos “donos” daquelas terras. Exigiam aos moradores que cortassem as matas e transformassem toda a terra em pasto, plantando apenas o suficiente para a sua subsistência. Ao terminarem o pasto, eram expulsos da terra e ficavam à própria sorte. Em 1955, um dos expulsos formou uma entidade para que fossem representados, o que acirrou ainda mais os conflitos com os fazendeiros; vale mencionar que apesar da legalidade da organização sindical,

---

<sup>5</sup> Há um boato da volta do Monge alguns anos depois.

ainda havia muita repressão no campo. Em 1964, Jango, então atual presidente, após a organização dos militantes da luta pela terra terem exigido, entregou no dia 30 de março, dois dias antes do golpe civil-militar, a posse da fazenda experimental.

No Espírito Santo, em Ecoporanga, no fim da década de 1940, houve um conflito entre grileiros e os militantes da luta pela terra. Os grileiros reivindicavam a terra como deles e não mediram esforços para obtê-las. Usavam os jagunços para tirar as famílias de suas terras, e mesmo com uma investigação contra toda a violência, o governo local estava ao lado dos grileiros e mandava apoio policial para reforçarem a repressão. Em 1955, o PCB enviou membros do partido no intuito de “organizar” os militantes da luta pela terra, onde permanecem até 1964, quando vários militantes foram presos, torturados e mortos. Outros fugiram deixando os grileiros com as terras.

Em Uruaçu, Goiás, em 1948, José Porfírio e várias famílias se estabelecem numa das terras devolutas. As terras tinham um grande valor, o que atraiu a atenção de um grupo de fazendeiros, um juiz e o dono do cartório da cidade. Em 1952, o ato de grilagem estava consumado. Claro, pois entre os grileiros estava um juiz e o dono do cartório para facilitar as coisas (MORISSAWA, 2001).

Os grileiros fizeram propostas: pagar pelas benfeitorias feitas ou que ficassem, mas fizessem dali pastos. Tendo as propostas recusadas, os grileiros então ateam fogo nas casas dos camponeses e nesse evento a mulher de Porfírio morre. A partir daí, os conflitos se acirram e, em 1950, é fundada a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, nomes das comunidades que se formaram. Em 1957, o governo determina a desapropriação das terras, mas depois de negociações, ele retira as tropas das comunidades. Em 1962, José Porfírio é eleito deputado estadual, com a aposta de que seria mais fácil a negociação para que seja mantida a terra, porém, dois anos depois, o golpe persegue várias lideranças da região e Porfírio está entre um deles. Porfírio foge e passa a viver escondido até que a polícia federal o encontra. Foi preso em 1972 e solto em 1973, e desapareceu dois dias após sua soltura,

Nas regiões de Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema e Santo Antônio, no Estado do Paraná, os militantes da luta pela terra que ali estavam eram migrantes do Rio Grande do Sul e da região de Contestado. Foram eles que ocuparam as terras devolutas, bem como fizeram dela seu meio de subsistência. Assim, como nos outros

relatos, os grileiros não demoraram a aparecer e nessa situação foi a empresa Clevelândia quem queria se apossar das terras, tendo como braço direito e armado, o Estado. Exigiam que os militantes da luta pela terra assinassem o acordo entregando as terras e quem não assinasse era expulso a base de socos, chutes e tiros.

Em 1957,

[...] aconteceu o enfrentamento armado entre os camponeses e os jagunços dos grileiros. Os revoltosos organizaram-se nos quatro municípios, nos quais formaram juntas governativas. Conta-se que só em Francisco Beltrão houve a participação de 4 mil trabalhadores rurais. O governo mandou tropas militares para negociar uma solução. Mas a questão ainda ficou pendente até 1962, quando o governo Goulart determinou a entrega de títulos definitivos aos colonos (MORISSAWA, 2001, p. 87).

Há diversos outros relatos de lutas pela terra, em diversos estados do Brasil e todas começaram, não por uma organização, mas pela ação de ocupar a terra, de resistir e constituir um novo modo de vida. Mesmo com as ligas camponesas tendo um papel importante na criação e consolidação do MST enquanto movimento, esses eventos não poderiam passar sem serem citados, por conseguirem atacar a fissura, fugirem da captura e buscarem outra forma de viver em suas *terras prometidas*.

As Ligas Camponesas foi um movimento que se iniciou em 1955, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, com o intuito inicial de dar enterro dignos aos pobres, aos trabalhadores rurais que não tinham condições de arcar com o custo funerário. Porém, com os conflitos pela terra se acirrando ainda mais entre posseiros e fazendeiros, o deputado Francisco Julião passou a representar os militantes da luta pela terra frente ao governo. Se no início a liga estava apenas em Pernambuco, pouco a pouco foram surgindo outras em vários estados do país.

Na disputa pela terra, como sabemos bem, muitos camponeses morrem tentando garantir sua permanência na terra, mas resistem até o último momento para que não tenham ceifadas suas vidas e seus modos de existir. As instituições, como alguns partidos políticos e a Igreja, apostaram numa reforma agrária por etapas com indenização em dinheiro e títulos aos proprietários (MORISSAWA, 2001).

Entretanto, para os camponeses, os trabalhadores rurais e os militantes da luta pela terra era “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”, ocupavam novas terras e lutavam para que a reforma agrária fosse feita, custe o que custasse. Em 1964, com o golpe

civil-militar, muitos militantes, trabalhadores rurais, inclusive, o próprio deputado Julião, foram presos e condenados, outros mortos, por buscarem um modo de vida que não cabia dentro do estabelecido. Mesmo com as “lideranças” estando presas, a luta pela terra não se desfez, tampouco parou. Mesmo frente a um Estado que agora era tomado por militares, os camponeses não deixaram de travar suas batalhas, embora tenha havido uma interrupção no processo de aprofundamento das lutas pela terra.

Com o golpe civil-militar de 1964, foi criado o Estatuto da terra, que buscava normatizar a questão agrária e estabelecer parâmetros sobre a terra, como extensão, função social, entre outros. Entretanto, o estatuto não saiu do papel e o que ocorreu foi uma abertura para que houvesse uma modernização tecnológica no campo e a entrega de grandes hectares de terra a comerciantes, indústrias e multinacionais.

Os militares usaram do estatuto e da força física para reprimir a luta dos trabalhadores e o seu levante, acreditando que assim diminuiriam os conflitos pela terra e novas ocupações de terras devolutas, improdutivas e entregues à especulação. Dentro de um contexto institucional, a repressão dos militares, principalmente após o Ato Institucional nº5 – AI-5<sup>6</sup>, fez com que as lutas que se davam pela representação dentro dos governos fossem paralisadas, mas a luta pela terra nunca cessou.

Outro artifício que os militares usaram para que fosse possível reprimir a luta pela terra foi o projeto de colonização, onde o governo entregaria terras da Amazônia para que fossem ocupadas, usando da justificativa de “levar homens sem-terra para terra sem homens” (MORISSAWA, 2001). Dessa maneira, muitos trabalhadores rurais expulsos de suas terras migraram para lá, com a esperança de um novo recomeço.

A proposta era que a Amazônia fosse ocupada para segurança nacional e havia um conflito entre fazendeiros e sem-terra, então eles levariam os sem-terra para onde havia terra vazia, resolvendo assim o problema com os latifundiários.

O problema é que a terra já era ocupada por indígenas e caboclos.

A política de “ocupação” da Amazônia ignorava a existência de populações indígenas e caboclas, e até mesmo urbanas, na região. Os grandes projetos governamentais (rodovias, usinas hidrelétricas, exploração de minério etc.) e da iniciativa privada geraram uma intensa apropriação e expropriação de

---

<sup>6</sup>Ato que intensificou ainda mais a repressão por parte do governo dos militares no Brasil, levando a mortes, perseguições, torturas e pessoas que foram suicidadas.



terras. Muitas tribos indígenas e posseiros perderam terras e vidas nesse processo (MORISSAWA, 2001, p. 100).

Existiam 2 projetos para que os migrantes ficassem na terra, o Projeto Integrado de Colonização - PIC e o Projeto de Assentamento – PA. No PIC o assentamento era feito, dava-se assistência técnica e empréstimo de dinheiro aos colonos, e no PA somente era feito o assentamento, sem nenhum tipo de amparo. Ambos os projetos fracassaram por falta de assistência técnica, de verba, saúde, educação e a produção quase não tinha saída, não havia reparos no assentamento, o que leva alguns colonos alugarem suas casas para camponeses sem-terra que migraram para lá procurando uma nova esperança.

O projeto de colonos teve seu fim em 1974, quando o governo percebe que é mais rentável dar o espaço para as grandes empresas. As extensões de terra foram enormes, milhões de hectares e com isso colonos, militantes da luta pela terra, grileiros, garimpeiros, seringueiros, entre outros foram afetados, o que criou um contingente enorme de mão de obra barata e fácil, já que ali haviam várias pessoas que não tinham mais para onde ir. Grande parte da região voltou-se para a mineração e agropecuária. Devastavam a mata e as comunidades indígenas e caboclas, matando-os tanto através do confronto, como através das doenças transmitidas pelo homem branco.

Durante o regime civil-militar, a igreja católica teve um papel de resistência junto àqueles que lutavam pela terra, começando com as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que surgiram entre as décadas de 70 e 80 se espalharam por todo o país, tendo por norte a teologia da libertação, com destaque para a figura do teólogo Leonardo Boff. Nessa perspectiva, *“os teólogos da libertação fazem uma releitura das Sagradas Escrituras da perspectiva dos oprimidos e condenam o capitalismo, considerando-o um sistema anti-humano e anticristão.”* (MORISSAWA, 2001).

Nesse contexto, é criada em 1975 a Comissão Pastoral da Terra – CPT, mais uma das instituições fundadas pela igreja católica e pela teologia da libertação para estarem junto aos que lutam pela terra. Atuou inicialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste e posteriormente no Sul e em todo o país, lutando para que a terra fosse entregue a quem nela cultivava e nela morava. Apesar disso, no Norte e Centro-Oeste houveram mortes dos sem-terra, e no Sul, uma desapropriação que levou muitos às

idades em busca de emprego; encontrando apenas subempregos, tornaram-se parte da população miserável.

Diante do que foi apresentado, a luta pela terra no Brasil parte da necessidade, não só de direitos básicos, mas sobretudo da sobrevivência de outro modo de vida, outra forma de se relacionar com o outro e com a terra. A sobrevivência como um direito básico não se trata só de luta contra a fome e contra a pobreza, mas fala da resistência e defesa de um modo de vida inteiro, de outra subjetividade e de outras condições objetivas de relações, vida pública e afetos.

Suas vidas já não são contabilizadas pelo capital, ou melhor: são contabilizadas não como vidas, mas como coisas. As relações sociais são reificadas por se realizarem por meio de coisas; estas que movem as relações sociais. A mercadoria é vista como “uma coisa dotada de autonomia e poder próprios” (Sánchez Vázquez, 1977) e o trabalhador é utilizado como instrumento, dando-se a subsunção real do trabalho ao capital, em que

“O trabalho não se subordina mais apenas formalmente ao capital, mas o próprio processo real de produção foi transformado de tal modo que o domínio do trabalho morto [...] sobre o trabalho vivo [...] se torna um fato concreto e palpável.” (PARO, 2012, p. 70).

Assim, conforme nos aponta Marx (1983) “determinada relação social entre os próprios homens (...) assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. Essas pessoas são vistas não como homens e mulheres, não são compreendidas e tratadas como humanos, mas antes como coisas, objetos, instrumentos, meios para obtenção da ampliação desenfreada do capital.

Dessa maneira a luta por terra é uma luta pela vida. Vidas essas que já não cabem dentro do processo produtivo do capital, mas que ao mesmo tempo são essenciais para a reprodução do mesmo. O modo de vida no qual esses sujeitos são assujeitados já não lhes cabe mais, abrindo espaço para que o velho seja desfeito, fazendo surgir novas possibilidades de viver.

Menegat (2012) pontua que a crise de 1970 não foi uma das muitas crises cíclicas que marcam a história do capitalismo mas inicia-se ali uma crise estrutural, partindo de um processo de desindustrialização iniciado pós segunda guerra e que aposta num desenvolvimento tecnológico, substituindo dessa maneira pessoas por

máquinas, excluindo do processo produtivo uma parte fundamental que produzia valor para uma parte que apenas o transfere.

O trabalho vivo se tornou um resíduo fantasmagórico ante uma massa gigantesca de trabalho morto presente no aparato técnico resultante destas revoluções. Tal alteração dificulta fortemente o processo de produção de valores novos, uma vez que as máquinas robotizadas do aparato técnico de fábricas fortemente automatizadas apenas transferem valor. (MENEGAT, 2012, p. 2)

Menegat (2012) também apresenta que há uma dissolução da forma social que até então se apresentava como única e intransponível. Com a crise estrutural do capital, expulsa-se esses indivíduos do processo produtivo e os colocam numa condição permanente de exclusão. A barbárie se escancara. Nesse contexto ainda que, por exemplo, em Canudos a crise estrutural do capital estivesse ainda em vias de se concretizar sendo entendida como cíclica, as massas que se juntam para lutar já entendiam bem o que é ser excluído, ainda que lutassem pela via da cidadania.

Dessa maneira, as antigas formas de luta por via de sindicatos, greves gerais, uma inserção por uma via da cidadania, já não tem potência para superar a crise, fazendo-se necessário a criação de novas formas de batalha diante dessa crise permanente, diante da barbárie. É nesse contexto de aprofundamento da crise que surge o Movimento dos trabalhadores sem-terra. Frente à dissolução da vida social ensaia um modo de vida outro e dessa forma, a luta coletiva e a organização do MST possibilitaram uma tentativa de uma nova forma social que fosse possível não apenas uma gestão da barbárie, mas uma alternativa a ela.

O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasce de lutas pelas terras no final dos anos 70. Porém, o movimento foi formalizado no Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado no Paraná em 1984. Os objetivos traçados desde esse período eram lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (CALDART, 2001).

É importante relatar que ao longo destes anos de luta muitas foram as conquistas do MST, que assentou 350 mil famílias, estando organizado em 24 estados brasileiros contendo uma base social de quase 1,5 milhão de pessoas. Embora o MST não seja o primeiro movimento de luta pela terra, pois ao longo da história do Brasil tivemos várias revoltas camponesas, ele é o único que não se limitou à região em que surgiu.

A ação das Ligas Camponesas, nos anos 60 concentrou-se no Estado de Pernambuco e adjacências. O mesmo aconteceu com Canudos, no final do século XIX, e com o Contestado, no começo do século XX, que ficaram restritos ao nordeste da Bahia e ao oeste catarinense. Além disso, tanto em Canudos quanto no Contestado, os revoltosos eram animados por aspectos messiânicos e místicos, e ansiavam mais por um retorno ao passado do que por uma transformação do presente (COMPARATO, 2001, p. 106).

Movimentos inspirados no MST ou dissidentes dele também lutam pela reforma agrária. O “MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), ligado à Social Democracia Sindical, o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), ligado a segmentos da esquerda, e o MUST (Movimento Unido dos Sem Terra), ligado à Força Sindical” (COMPARATO, 2001, p. 106), são movimentos políticos que contribuem muito com o assentamento das famílias, pois o MST tem realizado enfrentamentos significativos às pautas do capital que se manifestam muitas vezes em ações de governo autoritários.

## **2.2. As lutas políticas e os modos de existir do MST**

Leite e Dimenstein (2010) num diálogo com Foucault e Guattari, discutem a importância do MST como ator social no cenário de lutas políticas. Os autores fazem uma análise do movimento partindo da compreensão de que “as subjetividades são empreendidas nas relações de poder/saber que atravessam uma dada realidade histórico-social” (LEITE E DIMENSTEIN, 2010, p. 269).

Sobre o surgimento do MST, os autores apresentam as transformações ocorridas no período de 1970 no campo e as lutas contra o avanço do capital incentivado pelos governos militares. Discutem a importância da comissão pastoral da Terra (CPT), que proporcionou um avanço importante ao propor uma prática de reflexão sobre a condição social e organização dos trabalhadores no contexto da modernização. A discussão sobre a união do MST a diversas entidades da sociedade civil com objetivo de se constituir como movimento social num espaço da abertura política que aconteceu após o período da ditadura militar.

Esta aproximação e parceria com diversas entidades como organizações não governamentais, partidos políticos, igrejas, bem como entidades brasileiras e estrangeiras, dá ao MST esta característica de trabalho em rede. O movimento foi se

expandindo a partir das pautas que foram surgindo como, por exemplo, com os assentamentos.

Escolas e estradas de qualidade, serviços de saúde, saneamento, acesso a créditos para condução dos lotes e aquisição de equipamentos e insumos. Provocado por tais questões, o movimento concluiu da necessidade de ampliar sua luta para além do acesso à terra (LEITE E DIMENSTEIN, 2010, p. 270).

Além do trabalho em rede com parceiros que também lutavam contra o modelo político e econômico, o movimento precisou criar uma estrutura organizativa pois a militância já estava atuando em níveis municipais, estaduais e nacionais. Foram criadas então setores como: Educação, Produção, Saúde, Formação, gêneros, entre outros. Esses setores buscam não apenas a luta pela terra, mas também uma luta maior que tem como principal inimigo o modelo econômico e político neoliberal e o imperialismo. A visão ampliada dos enfrentamentos do MST:

(...) esse aspecto de ampliação da luta contra não mais um só “inimigo”, mas todo um modo de gestão e condução da vida pelo capital levou o MST a agregar-se a outros importantes atores sociais de luta que viram também esse modelo econômico como adversário (LEITE E DIMENSTEIN, 2010, p. 270).

Analisando a contribuição histórica do MST, Leite e Dimenstein (2010) dialogam com Félix Guattari e enfatizam que o capitalismo Mundial integrado atua a partir do avanço das máquinas tecnológicas em duas frentes: ordem extensiva e ordem intensiva. Para análise da ordem extensiva, (GUATTARI APUD LEITE E DIMENSTEIN, 2010), apresenta um exemplo que é o agronegócio com um modelo econômico disseminado praticamente por todo o planeta e, por isso, atinge inúmeros territórios e culturas. Já a ordem intensiva trata da busca pelo controle das subjetividades e dos desejos, tentando transforma-las em mercadorias para consumo. Afirma o autor que a principal característica dessa “subjetividade-mercadoria” é a homogeneidade. Com base em Guattari, os autores afirmam uma “indissociabilidade entre uma economia política e uma economia subjetiva. Ambas as forças se entrelaçam, pois, na produção da vida social” (LEITE E DIMENSTEIN, 2010, p. 271).

Trabalhando com Suely Rolnik, os autores afirmam que os avanços tecnológicos e a globalização da economia conseguem aproximar universalmente um

número e uma densidade cada vez maior de pessoas. Isso indica que as subjetividades tendem a ser provocadas por “afetos dessa profusão cambiante de universos; uma constante mestiçagem de forças delinea cartografias mutáveis e coloca em xeque seus habituais contornos” (LEITE E DIMENSTEIN, 2010, p. 272).

Nesse contexto, os autores explicam a importância do MST e de demais movimentos pelos direitos humanos que ela conceitua como “contrafluxo às investidas do capital financeiro” e que estão na luta pelo combate a essa tentativa “desterritorializante e massificadora” ao lutar por moradias, reconhecimento de identidade de gênero, educação e muitas outras pautas de resistência ao capital financeiro.

O enfrentamento em nível mundial também deve ser destacado, ao fazer parte do Fórum Social Mundial (FSM), criando canais de comunicação com inúmeras organizações, entidades e movimentos sociais de vários países. O MST amplia o enfrentamento junto a outros atores sociais gerando propostas alternativas ao modelo atual e excludente. Afirmam os autores que

O FSM apresenta, assim, uma característica importante no cenário atual: apontar uma convergência de embate, embora suas singularidades sejam muitas, diante da totalização do capital, convergência essa que alça escala também global (LEITE E DIMENSTEIN, 2010, p. 272).

A identidade do Movimento é constantemente fortalecida pela dimensão simbólica do MST. Esta aparece na valorização da memória de luta social, no investimento que o movimento faz na formação de posturas pessoais dos militantes e na de riqueza de símbolos carregados de valores. Para Leite e Dimenstein (2010, p. 273), três são as “ideias-força” do MST:

a constituição histórica do MST “pela força de seus gestos, pela postura de seus militantes e pela riqueza de seus símbolos” (...) A abertura do MST para uma maior visibilidade perante a sociedade nacional e mesmo internacional. (...) Um olhar do próprio MST para sua dimensão cultural.

Essas ideias-forças são fundamentais para a manutenção das marcas da história do MST em seus militantes, mesmo que ressignificadas ao longo do processo de luta; manutenção de uma identidade cultural, que embora constantemente atacada pela mídia de forma ofensiva, se mantém pelos seus símbolos de força e resistência;

manutenção dos símbolos e mística do movimento, pois estes são basilares e, por isso, são preservados e estudados nas formações das equipes de trabalho como forma de manutenção do “universo sociocultural dos seus integrantes” (LEITE E DIMENSTEIN, 2010, p. 272).

Leite e Dimenstein (2006), reafirmando o MST como potente regime de subjetivação, afirmam, com base em Guattari e Rolnik, que existe uma tentativa de produção de subjetividades “originais e singulares”. Para os autores, o MST escapa das “modelizações provenientes da máquina capitalista”, justamente nessa tentativa permanente de redimensionar novos arranjos e novas formas de existir.

Neste sentido, existe uma expansão da demanda ou pauta, pois o MST passa a absorver outros “devires” como, “devir mulher, devir negro, devir homossexual”. É muito interessante pensar em um movimento ou diálogo entre esses devires em que possa haver uma comunicação inconsciente, uma “via de passagem”, que possibilite um movimento entre as minorias para além de uma identidade de classe. Ou seja, uma micropolítica que promova uma confecção de apoio mútuo entre esses devires com mutações de subjetividades, que ultrapassem a proposta legitimada pelas sociedades capitalistas: as segregações identitárias.

A micropolítica atua, conforme Deleuze e Guattari (1996), numa escala molecular, em que se busca destacar as minúcias, os processos singulares, as linhas de fuga, localizados nos pequenos grupos sem, contudo, perder de vista sua co-extensividade ao campo social maior (LEITE E DIMENSTEIN, 2006, p. 28).

Os autores afirmam uma certa capacidade do MST de “viver para o ensaio”, por se constituir como um movimento que incessantemente produz novos territórios, não somente pelo potencial de resistência e transformação social, mas também pela experiência da imprevisibilidade e adversidades nos acampamentos e que produzem desassossegos e afetações constantes. O potente regime de subjetivação do MST está no campo com constantes invenções e produções de linhas de fuga e subjetividade em movimento que, mesmo de forma invisível e imperceptível, às vezes, passam despercebidas aos “sentidos daqueles cuja vida encontra-se aprisionada por si próprios” (LEITE E DIMENSTEIN, 2006, p. 28). Esse processo de regime de subjetivação está tanto na base social quando nos quadros do MST e pressupõe processos de formação e ações coletivas.

Na contramão de um modelo de individualização produzido pelo capitalismo, essa subjetivação do MST atua na produção de valores de coletividade e solidariedade em que o projeto individual dos militantes está imbricado com o projeto do grupo. Neste contexto, a produção subjetiva do MST tem como âncora um contexto histórico, cultural, político e social em que os atores em tempos e espaços são atravessados por jogos de poder, produzindo modos provisórios de subjetivação que se destacam pelo “caráter polifônico, processual e maquínico” (LEITE E DIMENSTEIN, 2010, p. 274).

Ao refletir sobre a superação da dicotomia interioridade-exterioridade na fabricação de territórios existenciais os autores propõem compreender o MST como um “agenciamento coletivo de enunciação”, conceito formulado por Guattari, para

(...) descentralizar a subjetividade de uma noção individualizada ou de um sujeito abstrato, ou mesmo de uma interioridade psicológica cercada em si mesma. Para o autor, “o agenciamento coletivo não corresponde nem a uma entidade individualizada nem a uma entidade social predeterminada” (Guattari & Rolnik, 1986, p. 39). Ele apresenta a possibilidade de pôr em ligação diversas instâncias (de natureza extrapessoal e extraindividual e de natureza intrapessoal e infrapsíquica) que se arranjam para a produção das subjetividades (LEITE e DIMENSTEIN, 2010, p. 274).

Esse conceito parece mudar o modo de pensar a militância clássica, pois a resistência ou luta política repensa o foco em mudança de consciência como uma relação unilateral. Existe uma mobilização de outras instâncias como afetivas, políticas, sociais e inconscientes, que buscam provocar uma nova forma de sentir, agir e se relacionar.

A própria expansão do MST ao incluir além da pauta por terra um projeto de transformação social – e, com isso, recebe e acolhe muitos outros indivíduos e grupos de resistência ou contestação – é produtora de relações dinâmicas e complexas.

O MST mostra-se como a aposta de uma nova forma de luta, baseada numa radicalidade anticapitalista, ainda que em alguns momentos seja atravessada ou capturada por essa, na medida em que apresenta uma forma outra de produção da vida baseada na vida em coletivo, na organização que visa escapar à lógica individualizante do capital que reduz as pessoas e as subjetividades em mercadoria, em coisas.



A agroecologia, é um exemplo de como a organização do movimento é capaz de criar novas saídas para um contexto fadado ao completo fracasso. Enquanto o capital encontra seu limite após a globalização, não tendo mais pra onde expandir, o MST mostra que é possível criar uma relação outra com a terra e com os que nela estão e na medida que produzem seu alimento, produzem também sua vida.

Nesse sentido a agroecologia

busca romper radicalmente com o modelo de relações sociais impostas pelo agronegócio e propor uma nova estratégia de desenvolvimento, já que esse modelo, ontologicamente, leva a exclusão e pauperização de grande parte dos agricultores (principalmente os de menor porte, localizados em regiões com restrições edafoclimáticas, com menos capital e com menos acesso às novas tecnologias), enquanto beneficia a alguns poucos (BORSATTO, 2011, p. 104)

Dessa forma, visa olhar para os ecossistemas de uma outra maneira que não seja a de buscar o lucro, respeitando a terra, o clima, a região, sem o uso de agrotóxicos e focando numa produção plural, ao contrário do agronegócio que trabalha com o monocultivo.

Partindo da agroecologia podemos então mostrar que esse movimento político é também um movimento que forma a consciência daqueles que ocupam a terra. Ao falar sobre o assunto, Bogo (2003, P. 161) nos explicita que “O MST desenvolve a filosofia da formação política de seus militantes, através da participação, na recriação da vida cotidiana, na cooperação em seus diferentes sentidos e no resgate dos valores com novo conteúdo.”

Através das formações e do trabalho na terra, esses homens e mulheres aprendem que na medida que o facão é usado na produção é também um objeto que torna-se “(...) um instrumento de luta, ganhando novo conteúdo, porque as pessoas estão fazendo uma ação política, logo o facão reflete o conteúdo diferente e reflete na consciência a disposição de luta.”(BOGO, 2003 p. 167).

As diretrizes de formação no MST têm como ponto de partida a prática social e

A partir dela, ter acesso à teoria para que esta possibilite, compreender, orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim um movimento permanente prática–teoria–prática; Além de contribuir com o desenvolvimento da prática, a formação tem por objetivo desenvolver e garantir a unidade política e ideológica do MST; O processo de formação deve refletir e construir uma ética revolucionária no comportamento dos militantes, baseada no amor à causa do povo, no companheirismo, disciplina,

honestidade, responsabilidade, crítica e autocrítica, solidariedade, humildade, corrigir e eliminar os vícios, dedicação à causa e à organização; (BOGO, 2003, P.182)

Para isso, o MST tem espaços organizativos que trabalham os aspectos da organicidade do movimento, na elaboração de um plano nacional que expõe a crise estrutural do capital e a crise política das velhas formas de organização, entendendo que

Por se tratar de um movimento de massas consistente que puxa as discussões, logo taxarão o MST de partido político, quando, na verdade, é uma nova forma de se fazer política, fora das grandes estruturas burocráticas históricas. Este projeto somente produzirá frutos se for orgânico. (BOGO, 2003, p. 93)

Outro espaço é o da solidariedade, que trabalha a partir do descaso do Estado e dos governos, deixando à própria sorte as massas que exclui do processo produtivo. Nesse sentido, “torna-se fundamental buscar alternativas de sobrevivência, combinando a busca de soluções de problemas com mobilizações permanentes” (BOGO, 2003, P. 93)

Para isso o MST ocupa o espaço de integração social, entendendo que o modelo de individualização e reificação das relações sociais é a face destrutiva do capital e que as lutas institucionais compõem uma falsa democracia. As palavras de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir” exemplificam bem esse espaço na medida em que

Na visão do MST, somente se consegue reconstituir a sociedade através de três aspectos combinados: primeiro, o trabalho. Através de pequenos gestos é possível recolocar o ser humano em postos de trabalho. Os governos e o capital conseguem colocar no espaço foguetes e satélites, mas não conseguem colocar, sobre a mesa de todos os brasileiros, um prato de feijão com arroz. Segundo aspecto, a organização. Ninguém pode viver sem uma organização. O ser humano se diferencia dos animais pela capacidade que tem de se organizar para criar os seus próprios meios de vida e buscar soluções para todos os seus problemas. E, terceiro aspecto, o desenvolvimento de valores, para que cada pessoa possa produzir sua própria existência humana com ética e respeito à vida de todas as espécies. É claro que isto não se consegue de um momento para outro, mas alguém deverá começar a fazer, mesmo que seja um pouco. (BOGO, 2003 p. 94)

O MST ocupa na medida que trabalham na terra, produzindo seu alimento, dando vida a terras tidas como improdutivas. Resistem na medida em que se organizam pensando de maneira coletiva os problemas e saídas, bem como a

construção de uma outra forma de existir. Produzem na medida em que apresentam uma relação outra com a terra e com os seres que nela residem, respeitando seus tempos e seus limites.

Ocupando o espaço da difusão de princípios políticos e organizativos, o movimento busca resgatar princípios que partem de uma prática consciente de suas ações e que norteiam a práxis do movimento, tais como:

seguir a teoria política cientificamente elaborada, disciplina consciente, unidade ideológica e de ação; elaboração de métodos corretos, autonomia organizativa; mística revolucionária, cuidados com a segurança e preservar a vida. Assim como tantos outros que precisam ser resgatados com novos conteúdos. É fundamental colocar estes princípios em prática para que uma organização possa se desenvolver corretamente. (BOGO, 2003, P. 95)

Deste modo, ocupando o espaço na construção da superestrutura da sociedade, o movimento sem-terra afirma o diálogo com demais movimentos sociais e instituições, como os partidos políticos e as igrejas, e compreendendo que “o ponto de aglutinação deve ser a ação concreta, para se confirmar na prática a teoria. Mas devemos criar novas alternativas de resolver os problemas sociais, independentemente da contribuição ou não do Estado.” (BOGO, 2003, P. 95)

As formações dessa maneira, desde as massas, da base até as lideranças, têm um papel de reafirmar e formar a práxis do movimento. Nesse sentido o MST produz, como já apresentado por Bogo (2003) a “prática–teoria–prática” partindo da realidade concreta e objetiva, em direção a uma reflexão acerca dessa prática e retornando novamente numa prática consciente de sua ação.

Os espaços de formação contribuem para que essa consciência seja formada partindo das condições que os unem, pensando em saídas coletivas que formam práticas emancipatórias. Os espaços de formação existem em níveis estaduais, regionais e nacionais, onde a organização se dá “pela manhã, trabalho; na parte da tarde, estudo.” (BOGO, 2003, P. 163).

Tratando da formação das juventudes, o MST organiza espaços em que

se reúnem até quinhentos jovens, num período de seis meses, em forma de acampamento, onde aprendem a produzir, conviver, organizar, enfim, a ser membro ativo do MST. Esses cursos acontecem dentro dos assentamentos, às vezes sem muitas condições. Há também cursos *massivos*, com mais de

dois mil jovens, em caráter nacional, durante quinze dias, com o objetivo de conhecer a realidade brasileira, unificar o pensamento em nível nacional e comemorar os avanços conseguidos. Os conteúdos variam muito. Segue-se uma orientação prática: “não se pode dar caldo de feijão para um recém-nascido”. Ou seja, dependendo do público e do objetivo que se quer alcançar, adaptam-se os conteúdos. Mas, de certa forma, o que há é uma simplificação do conteúdo, onde os temas são comuns, como economia, filosofia, teoria da organização, método de trabalho de base, ética e valores etc. (BOGO, 2003, P. 163)

Ao formar jovens conscientes de suas ações, o MST ensina que através da luta coletiva é possível construir formas de vida outras que, sendo conscientes, são capazes de produzir relações sociais frente à barbárie, mas sobretudo formam jovens que lutam contra os modelos de individualização na medida em que, seguindo a lógica do movimento, formam a si no trabalho com a terra, com os companheiros e companheiras e os demais seres que nela estão.

Diante disso as demandas por educação, saúde, lazer vão encontrando formas pensadas de maneira coletiva. Exemplo disso é a pedagogia da alternância, que garante uma qualificação acadêmica e profissional, respeitando o ciclo produtivo da terra, fruto das lutas desses jovens

Nesse sentido a produção da práxis do MST é também a produção de subjetividade, que atravessa a cada acampado e assentado, sendo nesse contexto que a juventude do movimento nasce, cresce e produz seus modos de existir.

### **2.3. A práxis do MST e a produção de subjetividade político-cultural**

A luta que o MST encampa é uma luta para além dos moldes institucionais. A aposta que o Menegat (2012) faz é de uma nova forma de vida, observando a luta do MST a partir das ligas camponesas, da necessidade de enterrar os mortos, da necessidade da terra. Tanto para Ferreira (2013) como para Menegat (2012) a luta do MST vai se dar por fora do Estado, por fora da Instituição, e ao invés de ser uma gestão da Barbárie carrega consigo o gérmen de um novo modo de vida, da transformação.

Inicialmente, o MST acaba trazendo justamente isso, na medida em que coloca a questão da terra e só depois amplia as pautas. Menegat (2012) afirma que no Brasil

não tivemos uma reforma agrária, mas uma modernização do campo, em que os camponeses não participaram, mas foram expulsos do campo para a cidade. Neste processo, tivemos o avanço do agronegócio, dos latifundiários, que são temas importantes para pensar os enfrentamentos políticos do MST com o Estado.

Então a luta inicial do MST não passa por esse desejo de ser inserido na lógica, mas de talvez criar uma nova. Essa é a aposta de Menegat (2012) quando trabalha a ideia de que há uma dissolução do modelo social e econômico, dado que o capitalismo, saindo de crises importantes que eram entendidas como cíclica, entra então numa crise estrutural. A partir da crise da década de 1970 Menegat (2012) vai dizer que há uma dissolução da forma social, um desejo de sair dela de maneira ativa, de encarar a barbárie entendendo que chegamos no limite, que chegou ao limite dessa massa que é excluída pelo capital, dessa massa que não tem mais possibilidade de retornar para esse modelo produtivo econômico, visto que agora o capitalismo baseia-se na especulação D-D' (dinheiro que produz mais dinheiro) e não D-M-D (dinheiro que compra força de trabalho para produzir mercadoria e nessa produção acresce-se valor, ou o lucro) .

O MST inicialmente apresenta essa possibilidade de alternativa na medida em que ele sua luta não para uma inserção, mas pela saída desse modelo, o que de alguma maneira o movimento alcança na medida em que consegue uma escola própria para o assentamento, consegue espaços, organizações. O lema ocupar, resistir e produzir talvez seja o que melhor exemplifica isso: eles ocupam, residem na terra, nos acampamentos. Fica escancarada ainda mais a existência da barbárie, visto que não se tem comida, não se tem água, se tem a violência policial, a violência do estado. A dissolução desse modelo é apresentada por Menegat (2011) como passiva, em que o Estado se ocupa dessa dissolução a partir da área penal, da penalização, da área policial, da coerção. O autor refere-se e à “forma ativa de reação” e “forma passiva de reação” das massas à barbárie. Entre os que inventam novas formas de luta e reagem ativamente estão os “novos movimentos sociais da América Latina”, entre eles o MST.

Com isso, com esse movimento a aposta que o Menegat (2012) faz na organização do MST está na da possibilidade desse movimento social ser anticapitalista. Menegat (2012) fala dos aspectos emancipatórios embrionários que o

MST produziu nos anos 1980 e 1990, não poupando as críticas ao movimento a partir do governo PT. O MST não é um movimento social meramente institucional, dentro das vias legais; até hoje o MST é criminalizado. Para Menegat (2012) e Ferreira (2013), o MST apresenta uma nova forma de luta, diferente das anteriores, onde o sindicalismo, a greve, vão ser as formas que se usa para quem tem um trabalho. O MST apresenta uma nova forma de luta para os sobrantes do mundo do trabalho, para quem não está inserido no mercado produtivo, que não está inserido na lógica capitalística ativa, que denomina de massa ou de exército industrial acima do normal, que seria um contingente de pessoas que não tem mais lugar no processo produtivo e que fica diante da barbárie, diante desse caos e que, frente a isso, tem que criar novas possibilidades.

É através dessa luta coletiva, a partir do que o MST apresenta, na disciplina, na mística, no modo de vida presente dentro dos assentamentos, na organização, na relação com o outro e com a terra e sobretudo na forma de luta que não se dá somente dentro do Estado que torna-se possível encontrar a emancipação do movimento e de seus sujeitos. Mesmo que as lutas travadas junto a partidos tenham produzido, de certo modo, a perda da radicalidade, ainda trata-se de um movimento forte que carrega consigo o germe de novas formas de luta frente à barbárie.

Alguns pontos importantes entre as perspectivas dos autores apresentadas neste capítulo: a) Ambos colocam o MST para além da luta pela terra, claro que a seus moldes, Ferreira (2013) e Menegat (2012) trabalham numa luta por fora do Estado, numa constituição de uma vida autônoma que fuja à lógica capitalística e Leite e Dimenstein (2010) trabalham numa lógica dos direitos humanos dentro do Estado, contra o capitalismo; B) No âmbito da subjetividade tem um ponto que assemelham-se, na medida que a Rolnix trabalha com a questão da subjetividade-mercadoria, Ferreira (2013) e Menegat (2011) trabalham com o fetiche do capital e das relações sociais, a reificação e a dissolução da forma do ser social; C) existe uma aproximação na análise do capitalismo, ainda que não trabalhem o capitalismo na crise estrutural, mas na ideia da globalização, do mercado que já se globalizou; e D) na produção de outra forma de vida, este como ponto principal do MST, em uma vida coletiva baseada na solidariedade, fugindo da individualidade, da criação de territórios comuns, conseguindo criar uma outra forma que Menegat (2011) denomina de dissolução passiva da forma de vida e a criação de uma nova forma de luta em meio a barbárie.

A partir das discussões apresentadas neste capítulo, optamos pela perspectiva teórica que nos permite trabalhar no capítulo 02 os enfrentamentos da juventude militante da terra contra o capital. Serão evidenciadas as místicas produzidas por essa juventude que com seu fazer artístico e insubmisso trazem a defesa amorosa da terra que é vida.

## CAPÍTULO 3: O JOVEM MILITANTE DO MST: ENFRENTAMENTO CONTRA O CAPITAL

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra luta pela reforma agrária desde os anos 1980. Inicialmente, com jovens à frente da luta, pautados pelo direito à terra e, muitos foram mortos nos enfrentamentos realizados nas inúmeras batalhas travadas com governos e latifundiários.

A história aqui sistematizada não existiria, não fosse a coragem e a rebeldia organizada dessa *brava gente brasileira* que, na ânsia de romper as cercas da injustiça e da exclusão, enfrentaram a lona preta, o Calor, a Chuva, o frio, a violência do latifúndio e de seus braços armados, a discriminação e, movidos pela necessidade, pelo sonho e solidariedade, conquistaram a *terra prometida*. Ficará evidente nesse processo, que *terra é mais que terra* (PIZETTA, SOUZA, 2005, p. 73).

Com o avanço do neoliberalismo, o capital, principalmente o agronegócio, instaurou uma verdadeira guerra contra o MST. A maioria dos militantes que hoje estão no movimento acompanharam esse processo de resistência e luta, com muitas conquistas, mas também muitos sofrimentos.

Dessa maneira, a luta pela terra sempre marcou os corpos e mentes dos que nela estão, entretanto, algumas demandas dos jovens hoje têm mudado, a luta pela terra toma outros contornos integrando os jovens. Estes, por sua vez, trazem pautas que os atravessam e os incomodam como homofobia, machismo, racismo, política de drogas e acesso ao mercado de trabalho; essas tem sido algumas lutas que os jovens têm habitado e os jovens do movimento não deixam de ser atravessados por elas (PIZETTA; SOUZA, 2005).

Frente a tudo isso, o movimento tem produzido formações reforçando as ideologias do MST para que o jovem esteja próximo à terra conquistada, que lute e fique nela. Confiar ao jovem tarefas cria nele um pertencimento em relação ao movimento. Esse pertencimento faz com que aqueles que saem em busca de um ensino superior, na maioria das vezes, retornem ao assentamento na perspectiva de contribuir com o mesmo e com o próprio movimento. Dessa forma, os jovens do MST têm um grande desafio de conseguirem habitar aquele território de forma a crescerem entre as frestas que ali aparecem, como uma flor que rompe a calçada em busca do



sol, encontrando outras formas, para que suas vozes possam ser ouvidas e para que estes possam ouvir uns aos outros (PIZETTA; SOUZA, 2005).

A cantora popular chilena Violeta Parra compôs uma poesia e música que nos coloca diante da proposta permanente de retornar aos 17 anos, a essa juventude que vive o presente intensamente, reconhece sua fragilidade e vive o exercício da amorosidade. Vale lembrar que esta canção faz parte do último álbum da Violeta Parra, *Las últimas composiciones*, lançado em 1966.

Volver a los diecisiete  
Después de vivir un siglo  
Es como descifrar signos  
Sin ser sabio competente  
Volver a ser de repente  
Tan frágil como un segundo  
Volver a sentir profundo  
Como un niño frente a Dios  
Eso es lo que siento yo  
En este instante fecundo

Se va enredando, enredando  
Como en el muro la hiedra  
Y va brotando, brotando  
Como el musguito en la piedra  
Como el mosquito en la piedra  
Ay si si si

Mi paso retrocedido  
Cuando el de ustedes avanza  
El arco de las alianzas  
Ha penetrado en mi nido  
Con todo su colorido  
Se ha paseado por mis venas  
Y hasta las duras cadenas  
Con que nos ata el destino

Es como un diamante fino  
Que alumbra mi alma serena

Lo que puede el sentimiento  
No lo ha podido el saber  
Ni el mas claro proceder  
Ni el más ancho pensamiento  
Todo lo cambia el momento  
Cual mago condescendiente  
Nos aleja dulcemente  
De rencores y violencias  
Sólo el amor con su ciencia  
Nos vuelve tan inocentes

El amor es torbellino  
De pureza original  
Hasta el feroz animal  
Susurra su dulce trino  
Detiene a los peregrinos  
Libera a los prisioneros  
El amor con sus esmeros  
Al viejo lo vuelve niño  
Y al malo solo el cariño  
Lo vuelve puro y sincero

De par en par en la ventana  
Se abrió como por encanto  
Entró el amor con su manto  
Como una tibia mañana  
Al son de su bella diana  
Hizo brotar el jazmín  
Volando cual serafín  
Al cielo le puso aretes

Y mis años en diecisiete  
Los convirtió el querubín  
(PARRA, 2019).

Esta é uma das canções mais fortes quando se fala de juventude. Violeta Parra é profundamente influenciada pela luta para a transformação social, seus cantos são lutas pelas mulheres, negros, contra abusos e pobreza. Volver a los 17 é uma música que foi cantada na década de 1980 por vários artistas brasileiros, inclusive reuniu um coletivo com Caetano Veloso, Chico Buarque, Gal Costa e outros.

A beleza desta música está em mostrar pulsões juvenis que inspiram atos heróicos e apaixonados na defesa amorosa da vida, na realização dos sonhos de liberdade e felicidade, no “tempos saturado de agoras” (BENJAMIN, 1987, p. 230), que é o único tempo que temos. Esta canção é a mística do MST cujo conceito será apresentado abaixo.

### **3. 1. Corpos que resistem: a mística como um fazer artístico e insubmisso**

Quando os jovens se encontram, há ali uma grande forma de resistência, seja na cidade, seja no campo e, por isso, o capital busca práticas buscando disciplinar esses corpos. No movimento do MST, a reflexão e debate são dos pilares da organização e a militância acaba por forjar, nesse processo, corpos e ritmos próprios do modo de vida do assentamento (PIZETTA; SOUZA, 2005).

Foucault (2006, p. 83) assinala que,

Em primeiro lugar a parasitagem da juventude escolar que, até o final do século XV-início do século XVI, havia preservado sua autonomia, suas regras de deslocamento e de vagabundagem, sua turbulência própria, seus laços, também, com as agitações populares. [...] como quer que seja, tinha-se, no sistema geral do funcionamento social, uma espécie de grupo de perambulação, de grupo no estado de emulsão, no estado de agitação. E, no fundo, a disciplinarização dessa juventude estudantil, essa colonização da juventude, foi um dos primeiros pontos de aplicação e de extensão do sistema disciplinar.

Vemos aí que a juventude carrega em si a efervescência da luta, é quem oxigena e agita. Em outra parte, o autor afirma que diferentemente da idade média, existe um desejo de uma

evolução progressiva dos indivíduos até o ponto da salvação, e é aí, nesse trabalho ascético do indivíduo sobre ele mesmo para sua salvação, que encontramos a matriz, o modelo primeiro da colonização pedagógica da juventude. (FOUCAULT, 2006, p. 83)

Ou seja, uma falsa crença de que o jovem precisa ser guiado por um caminho para que possa progredir e se adequar ao meio estabelecido e, para isso, a presença de um adulto na forma de professor, policial ou qualquer outra figura de poder para guiá-lo à salvação, é central nas prática repressoras.

O autor também alerta sobre a concepção de uma “educação” em que o jovem seja enclausurado, “num meio fechado sobre si mesmo e com o mínimo de relações com o mundo exterior, que se deve realizar o exercício pedagógico, assim como o exercício ascético” (FOUCAULT, 2006, p.84).

Apresentaremos a seguir a resistência a partir dos corpos, estes embora problematizados por Foucault como corpos que o capital busca disciplinar, no MST são os mesmos corpos que aos poucos “adquirem conhecimentos, passando a contestar os poderosos com profunda sabedoria” (BOGO, 2003, p. 259).

Frei Betto, no prefácio do livro “Arquiteto dos Sonhos”, afirma que

Talvez uma palavra possa explicar esse paradoxo entre a miséria quase extremada dos acampamentos de beira de estrada (conhecida também pelas fotos de Sebastião Salgado) e a sofisticada condução política do movimento: *mística*. (BETTO, 2003, p. 13)

O conceito de Mística utilizado pelo MST contempla as animações, apresentações e dramatizações realizadas nas aberturas de eventos do Movimento e nas manifestações desta práxis. A mística colabora para que a vida dos agricultores sem terra seja produtiva de entusiasmo. Segundo Frei Betto, (2003, p. 13),

(...) falar de mística, ultrapassa o excessivo acento cartesiano do termo *conscientização*, como se a consciência suplantasse (ou dispensasse) o espírito, o afeto, a sexualidade. *Mística* possui uma ressonância mais abrangente, holística, própria de quem, como descreve Bogo, não estabelece distância ou separação entre o ser humano e a natureza. Esse significado é profundamente ético, inculcador de valores, capaz de enfatizar princípios

norteadores e avivar a disposição martirial à luta por justiça – neste caso, a terra para quem nela vive e trabalha.

Essa mística usa o fazer poético ou insubmissões artísticas, como afirma Possas e Silva (2019). A juventude militante da terra trabalha performances como denúncia e enfrentamento aos assassinatos cometidos pelo capital contra os militantes, e a palavra-corpo-performance rememora e ressuscita as vítimas de grandes massacres.

(...) esse exercício de “espiritualidade de libertação”, pode ser pensado como práxis pedagógica, como formação política, para libertar o trabalhador rural da condição de explorado e os pensamentos que naturalizam principalmente sua exploração. O MST, nesse enredo pedagógico, faz de suas ações de contestação movimentos de reestruturação dos modelos de propriedade rural, para o usufruto da terra de forma familiar, associativa e cooperativa, significando garantia de trabalho a todos e a todas; produção de alimentação farta, barata e de qualidade para a população brasileira; justiça social e igualdade de direitos; preservação e recuperação dos recursos naturais e o repensar de modelos de desenvolvimentos alternativos (POSSAS E SILVA, 2019, p. 164).

Possas e Silva (2019) apresentam os registros imagéticos de processos de resistências realizados por parte dos jovens do movimento dos trabalhadores rurais sem Terra. As performances apresentadas abaixo foram registradas em abril de 2019, no 14º Acampamento pedagógico da Juventude Oziel Alves Pereira, entre Marabá e Eldorado do Carajás. O tema do acampamento foi “Juventude do Campo e da Cidade contra o Fascismo em Defesa da Soberania dos Povos”. O acampamento foi realizado em comemoração ao dia Internacional de Luta pela Terra. Este fazia referência ao Massacre de Eldorado, que foi o extermínio de dezenove trabalhadores rurais pela polícia do Pará, no dia 17 de abril de 1996. Neste acampamento promovido pela Via Campesina foram organizadas oficinas, palestra, muitos encontros com objetivos formativos. Todas as atividades tiveram como objetivo

(...) evocar a relação entre um projeto de sociedade justa e igualitária e o processo de luta pautado na ação concreta, na composição de sujeitos em territorialidades compósitas: como povos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, atingidos por barragens, bem como pessoas segregadas nos espaços urbanos. A necessidade de coalisão de forças e agenciamentos para enfrentar o “Fascismo” seria justamente a condição fundamental para a tessitura da “Soberania dos Povos” (POSSAS E SILVA, 2019, p. 158)

O acampamento Oziel Alves Pereira é um acampamento pedagógico da juventude que existe desde 2006. Por ser um marco internacional de luta pela terra o acampamento reúne diversos movimentos sociais, órgãos internacionais, muitos setores da sociedade e poderes públicos. As atividades de formação acontecem em sete dias que buscam “reproduzir as condições de vida á época do massacre do Eldorado” (p. 160). O ponto culminante do acampamento é o dia 17 de abril, data do massacre, mas os dias anteriores e posteriores também são fundamentais para a construção da vivência.

Figura 1 - Mística em memória ao Massacre de Eldorado do Carajás. Jerônimo da Silva, 2019.



Fonte: POSSAS, H., SILVA, & da Silva, J. Territorialidades do mistério: a mística no acampamento pedagógico da juventude Oziel Alves Pereira–MST.

A imagem em questão retrata a mística realizada no dia 17 de abril de 2019, dia em que ocorreu o massacre do Eldorado do Carajás no ano de 1996. A mística tem o objetivo de eternizar a memória dos que se foram no massacre, mas, sobretudo, de trazer para a dinâmica e a dificuldade do jovem no campo, os enfrentamentos e as resistências que ainda precisam ser realizadas nesse processo.

Figura 2 - Mística em memória ao Massacre de Eldorado do Carajás. Gerônimo Silva, 2017.



Fonte: POSSAS, H., SILVA, & da Silva, J. Territorialidades do mistério: a mística no acampamento pedagógico da juventude Oziel Alves Pereira–MST.

A imagem retrata a mística sobretudo daqueles que se foram no dia do massacre, entretanto reafirma também a dor daqueles que ainda podem ser assassinados na luta pela terra e a indignação com o esquecimento e impunidade dos assassinos por parte do Estado e da sociedade.

Figura 3. Mística em memória ao Massacre de Eldorado do Carajás. Jerônimo da Silva, 2019.



Fonte: POSSAS, H., SILVA, & da Silva, J. Territorialidades do mistério: a mística no acampamento pedagógico da juventude Oziel Alves Pereira–MST.

A ligação observada por Bogo (2003) entre os temas gênero e a ligação com a terra, tão presentes nos debates do MST, também foi pautado neste acampamento. Parar para ouvir Maria Zelzuita Oliveira de Araújo, a única sobrevivente de um

massacre, é recolher a potência e a força da mulher dentro do movimento sem-terra. Esse é um grande enfrentamento à cultura misógina e machista emoldurada dentro do capitalismo.

Após a mística da primeira imagem, os presentes foram levados para o memorial das castanheiras mortas, local onde os militantes jovens do MST foram assassinados pelo Estado. Neste local, ouviram o relato de Maria Zelzuita Oliveira de Araújo, As castanheiras são usadas como símbolo de resistência e de produção para aqueles jovens que permaneceram no movimento após o Massacre de Eldorado como uma lembrança daqueles que se foram. É importante ressaltar que o fotógrafo Jerônimo da Silva não deu sequência aos registros porque diante da mística, do relato, foi necessário retirar-se em função da emoção que ele sentia naquele momento.

Não por acaso, justamente neste ano, os jovens acampados resolveram finalizar a mística do dia 17 de abril com o relato de Maria Zelzuita Oliveira de Araújo, quer dizer, uma pessoa que viveu o episódio há 23 anos, hoje o refaz como partícipe de uma mística que pretende recuperar na memória das lutas do passado. Nesse caso em particular, entre a mística feita na estrada com os jovens lançados ao asfalto (foto 01) e a condução das pessoas para ouvir a narradora em momento posterior (foto 02) percebemos certa interrupção: sem anunciar o encerramento da mística, lentamente os jovens deitados no asfalto se levantaram e em cortejo com os observadores cercam Maria Zelzuita para ouvi-la. (POSSAS, H., SILVA, & da S, J., 2019, p. 168)

Castro (2005) analisou a importância da mística, produzida por jovens, para o processo de resistência do MST. A autora afirma que esta deu sentido às atividades e vivências realizadas pelo movimento, tanto pessoal como coletivas, o que colaborou para o pertencimento e identificação dos jovens com a luta. A autora coordenou uma pesquisa analisando os sonhos e projetos de vida dos jovens do MST. A pesquisa foi produzida durante a realização do curso de Realidade Brasileira para jovens do Meio Rural que aconteceu em 1999, na Universidade de Campinas SP, tendo como público alvo 100 mil jovens militantes de base do MST.

A autora evidencia que a parceria entre MST e juventude já vem de longe, mas foi intensificada a partir de 2002. Para a autora, o que propicia essa facilidade do jovem se conectar com o movimento é

A versatilidade do MST favorece uma abertura maior para organização de jovens dentro da sua estrutura. Pois, se trata de um movimento social com experiências no campo político e no campo social de tecer articulações, alianças e parcerias para fazerem avançar a luta por reforma agrária (CASTRO, 2005, p. 143)



A programação do Curso foi produzida pela Escola Nacional Florestan Fernandes do MST. O público que foi convocado em diversos estados pelo MST era formado de jovens entre quinze e vinte e cinco anos viveram uma experiência formativa e de pertencimento com as lutas do movimento. Sobre isso afirmou João Pedro Stédile:

Durante quatro anos realizamos diversas atividades em parceria com a Unicamp. Realizamos um curso de extensão universitário. Realizamos também muitas palestras. E tínhamos, em cooperação, um curso massivo, de dez dias, para mil jovens do meio rural, que vinham de todo Brasil. A Unicamp tinha custos conosco, com parte da alimentação e a cessão do ginásio, mas nós tínhamos custos mais elevados ainda ao trazer de todo o Brasil aqueles jovens, que vinham de ônibus. Fazíamos uma parceria em prol da democratização do ensino. Os jovens ficavam maravilhados com o que apreendiam. (STEDILE e FERNANDES, 1999 apud CASTRO, 2005, p. 104)

João Pedro Stédile juntamente com Plínio de Arruda Sampaio, Adelar Pizetta, Chico Alencar, Edgar Kolling, Tatau Godinho, Leonardo Boff e Ademar Bogo foram alguns dos palestrantes do curso. As noites dos cursos foram direcionadas para cinema, teatro, fotos, música. Como exemplo da importância desses momentos de arte para a formação da juventude militante, mencionamos

(...) os filmes – ‘Ação entre amigos’; documentário ‘El Regresso’, sobre Che Guevara; ‘Castro Alves’, debate com o diretor Sílvio Tandler; peça de teatro: ‘Os Companheiros’; fotos de Sebastião Salgado, retratando as condições de vida de trabalhadores; e música com o cantor Zé Geraldo, que compõe letras de cunho social (CASTRO, 2005, p. 107)

Muitos são os movimentos como curso, acampamentos e outras atividades de formação da juventude militante. Trouxemos alguns exemplos para ilustrar como tem se dado o enfrentamento desta juventude do MST contra o capital e a importância desses momentos para que o jovem e a jovem militante construam seu pertencimento com a luta pela vida, que é a luta pela terra.

## **CAPITULO 4: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: COMO OS JOVENS COMPARECEM NAS LITERATURAS SOBRE JOVENS E MST**

Considerando os objetivos da pesquisa, este capítulo será organizado em três momentos: 1) analisar os discursos que circulam nas produções do MST e sobre o MST acerca do jovem; 2) analisar, nestas produções, como o devir jovem e o devir MST tem comparecido nas diversas práticas que fortalecem a luta por terra e justiça social.

Para alcançar estes objetivos, esta pesquisa lida com três campos:

1. Levantamento e sistematização bibliográfica de pesquisas que lidam com a juventude e, em especial, o MST;
2. Levantamento e sistematização de documentos e periódicos produzidos pelo próprio MST;
3. Levantamento e sistematização de bibliografia e produções no meio acadêmico, em nível de mestrado e doutorado, que falam da ação do jovem, suas redes e formas de existirem.

A revisão bibliográfica foi organizada em duas fases, a primeira pesquisa no site do MST e a segunda pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (*BDTD*)

### **4.1. Produções no site do MST**

Ao buscarmos no site do MST, encontramos 37 boletins do movimento, escritos pelo próprio, pela pastoral e pelos amigos do MST. Encontramos também 15 exemplares do Jornal dos trabalhadores sem-Terra e 34 exemplares da revista Sem-terra. Nosso recorte foi a partir de 1996, ano que acontece o Massacre de Eldorado do Carajás, até os dias de hoje.

Escolhemos esse marco porque tornou-se o marco de luta. No dia 17 de abril de 1996 a polícia militar do Pará assassinou 21 trabalhadores sem-terra e feriu outros 58. O governador Almir Gabriel (PSDB), que ordenou o massacre, não sofreu qualquer

tipo de processo, apenas um coronel e um major foram condenados, todos os demais policiais foram absolvidos. A data do massacre foi escolhida como Dia Internacional de Luta pela Terra, as manifestações neste dia se intensificam e é utilizado o slogan “Abril Vermelho”.

Com o intuito de organizar os dados, trazemos a tabela N° 1 que apresenta o que encontramos, com as organizações que mais aparecem em cada documento e o ano.

Tabela 1- Documentos do MST

<b>Tipo de Documento</b>	<b>N° de publicações encontradas</b>	<b>Organização</b>	<b>Data de publicação</b>
Boletim	37	MST, CNBB, CPT, Via Campesina, ANA	1996 a 2012
Revista	34	MST	1997 a 2005
Jornal	15	MST	2011 a 2013

Fonte: Site do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST

**Sobre os boletins:** Observamos que estes têm caráter informativo de levar para o âmbito nacional o que tem acontecido nas regiões e municípios onde a luta pela terra ocorre. Ao fazer a pesquisa no site do MST, usamos o filtro para achar os boletins de acordo com nosso recorte. Na tabela foram colocadas as instituições que mais publicaram boletins ao longo de 1996 a 2010, relacionados ao MST ou à luta pela terra. Um fato não pode deixar de ser pontuado aqui é que no espaço de tempo de 2002 a 2006 não há boletins no site do MST. Essa ausência neste período poderia ser objeto de uma próxima pesquisa uma vez que não encontramos justificativa para tal.

A presença da Via Campesina, que é uma organização internacional que nasce em 1993 e que reúne camponeses, trabalhadores rurais, sem-terra e diversas outras organizações que lutam pela terra e por uma outra forma de estar nela, e da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, que é um espaço de articulação entre

organizações, coletivos e movimentos do Brasil que buscam promover a agroecologia, o desenvolvimento sustentável da zona rural e da produção familiar aponta que, após 2007, o MST procura uma outra forma de permanecer na luta.

**Sobre as revistas:** As que foram encontradas no site MST foram do período de 1997 a 2005, não foi preciso usar o filtro de pesquisa pois havia somente esses exemplares e, ainda assim, alguns estavam corrompidos e não foi possível baixá-los. A revista Sem Terra é trimestral, tendo 4 edições por ano.

Figura 4 – Capa da Revista Sem-Terra N° 22



Fonte: Site do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST

Observamos ainda, no editorial, que todas as revistas trazem temas de formação política e de informações relacionadas ao campesinato e que foram escritas por diversos autores. As revistas trazem de sete a nove artigos, dependendo da edição, um espaço diverso de autores, entretanto alguns autores aparecem com mais frequência, como vemos na tabela N° 2.

Tabela 2 – Autores das revistas

<b>Nome do Autor</b>	<b>Nº de artigos por edições</b>
<b>Otto Felgueiras</b>	11
<b>Elizabeth Lorenzotti</b>	21
<b>Emir Sader</b>	7
<b>Wladimir Pomar</b>	8
<b>Valter Pomar</b>	9
<b>Hamilton Octávio de Souza</b>	8
<b>Maringoni</b>	24
<b>Sueli Auxiliadora dos Santos</b>	18
<b>Wladyr Nader</b>	15

Fonte: Revista Sem – Terra (1997 a 2005).

Dos nove autores no quadro, seis tinham mais de um artigo na mesma edição da revista. Maringoni é quem faz o tópico de humor e por isso aparece em cerca de 1/3 das edições. Dos nove autores, apenas dois escrevem sobre os jovens sendo que 1(uma), Sueli Auxiliadora dos Santos, escreve 2 vezes para duas edições diferentes e Otto Filgueira escreve uma vez. Na revista nº 11, Otto escreve um artigo com o título: *“Escolas debatem sobre reforma agrária”*. Já Sueli escreve no nº 20 uma reportagem com o título: *“O MST investe permanentemente na educação de jovens e adultos”* e uma outra reportagem no nº 25 com o título: *“MST cria campo de trabalho e estudo para os jovens do campo e da cidade”*.

**Em relação aos jornais:** Dos quinze jornais encontrados no site do MST, há duas edições especiais sobre a jornada da juventude. Na edição 319 há dois artigos sobre a luta e a organização dos jovens. O artigo fala da influência do capitalismo na vida do jovem do MST e apresenta ao final alternativa, como os Grupos de Produção e Resistência – GPR, que se organizavam em uma economia solidária para produzir coletivamente em pequenas agroindústrias para que fosse possível manter-se na terra. Fala ainda da necessidade de romper com a dominação do capitalismo e do capital.

Figura 5 – Edição N°2 da Jornada da Juventude do MST



Figura 6 – Boletim sobre a morte de dois assentados



Fonte: Site Movimento dos Trabalhadores Sem – Terra - MST

#### 4.2 Produções sobre o MST

Ao buscarmos no Banco de Dados de Teses e Dissertações da BDTD, com as palavras-chaves “Juventude” e “MST”, encontramos trinte e três artigos a serem analisados, dos quais quatro estavam repetidos. Das vinte e nove teses e dissertações, buscamos analisar aquelas que têm maior afinidade com a pesquisa proposta. Dos vinte e nove trabalhos, selecionamos treze a partir de leituras dos resumos, para que seja feito o estudo e análise.

Buscamos também no site Scielo, com as mesmas palavras, e encontramos quatro artigos, sendo que destes, três têm proximidade com o tema e um é escrito por uma das autoras dos trabalhos selecionados a partir da BDTD.

A feitoria desse trabalho foi possível na medida em que buscamos trazer a potência que a(s) juventude(s) carrega(m), fugindo de uma definição única de juventude e de jovem determinada por faixa etária ou por fases de desenvolvimento. Para isso, usamos de alguns conceitos-ferramentas balizados em autores, já apresentados neste trabalho, e de instrumentos que nos permitiram fugir das formas prontas do que seria o jovem e a(s) juventude(s) indo em direção aos seus outros modos de existir.

A partir disso, buscamos nas produções e nos diversos documentos escritos por autores e militantes do movimento do MST discursos acerca da(s) juventude(s) e do jovem, olhando para os acúmulos e contribuições apresentadas nesses documentos, ou seja, nosso interesse na pesquisa documental foi nos debruçar, debulhar, deixar afetar, pelas diferentes produções acerca das práticas do(s) jovem(s) no campo, que deflagram, constituem e configuram resistência da juventude militante as investidas do capital.

Destarte, selecionamos produções que partem de diversas áreas do conhecimento, como educação, serviço social, ciências sociais, educação física, educação do campo e geografia, mas ficam restritas às ciências humanas.

Começamos nossa busca colocando no site de pesquisa Google a palavra “MST” que resultou em 85.000.000 de resultados e, acessando o primeiro link, entramos no site oficial do movimento que já, em sua página inicial, é possível encontrar algumas abas de conteúdo “O MST”, “Nossos Frutos”, “Cultura”, “Editoriais”, “Especiais”, “O MST e os Direitos Humanos”, “Publicações”. Na aba “Publicações”, ao expandirmos, encontramos duas sub-abas de acesso, “Jornal Sem-Terra” e “Biblioteca Virtual”, onde começamos nossa busca por produções. Ao acessar a sub-aba “Jornal Sem-Terra<sup>7</sup>”, encontramos 27 publicações, com a última postagem com

---

<sup>7</sup>Meio de comunicação do movimento em âmbito nacional que aglutina as informações acerca da luta do MST e da luta pela terra e que nessa pesquisa será um dos documentos que foram investigados. Há mais de três décadas o jornal Sem Terra contribui para a organização do Movimento e para a consciência crítica dos seus militantes. Ganhou prêmios e menções honrosas, entre eles a edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia dos Direitos Humanos, um dos mais importantes do país. São centenas de edições que servem como instrumento de formação, organização e projeção da classe trabalhadora. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **MST: Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra**, c2010. Página inicial. Disponível em: <<https://mst.org.br/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2018.)

data de 5 anos atrás. Entre as 27 publicações, encontramos 1 edição da revista Sem-Terra, e 1 edição do jornal Terra Vermelha restando, dessa forma, 25 publicações do jornal Sem-Terra. Das 25 publicações restantes, existem alguns arquivos repetidos como a edição especial nº2 da Jornada da juventude sem-terra e a edição nº319; e há também 3 encartes das edições nº 313, 318 e 319 restando, assim, 20 publicações do jornal. Dessa maneira, encontramos os jornais de nº 309 à nº 326 e as edições nº 2 e nº 3 da jornada da juventude sem-terra.

Na sub-aba “biblioteca virtual”, encontramos 12 pastas contendo arquivos do acervo do movimento, nomeadas nessa sequência por “Livros”, “Artigo e Ensaios”, “Dissertações e Teses”, “Revista”, “Jornal”, “Caderno de Estudo e Cartilha”, “Documento”, “Literatura e cultura do campo”, “Poesia”, “Cartaz”, “Videoteca” e “Páginas na Internet”. Entre as pastas citadas, encontramos arquivos que trazem a temática juventude nas pastas “Livros”, “Dissertações e Teses”, “Revista” e “Caderno de Estudo e Cartilha”, que fomos buscando através tanto da barra de pesquisa, utilizando o descritor “juventude”, como olhando arquivo por arquivo. É importante aqui pontuar que a pasta “jornal” contém 4 subpastas de jornais que falam da luta pela terra, dessa forma, encontramos o “Jornal Sem-Terra”, que já citamos acima, falamos sobre e usaremos nessa pesquisa, o “Jornal Terra Livre”, que é escrito pela União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil/ULTABS, o “Jornal Pastoral da Terra”, produzido pela Comissão Pastoral da Terra/CPT (Edições de 2005 a 2013) e o “Jornal Porantim”, feito pelo Conselho Indigenista Missionário/CIMI. Como nosso foco aqui é o MST, optamos por usar somente o “Jornal Sem-Terra” e, na pasta citada, encontramos apenas a edição nº1 do jornal, que não remete ou aborda em momento algum sobre nosso tema.

Dessa forma, os dados produzidos partiram do encontro com as edições nº 2 e nº 3 da Jornada da Juventude Sem-Terra, edições especiais do jornal Sem-Terra e que escolhemos por trazerem seu olhar voltado de maneira mais específica ao(s) jovem(ns) e que são encontradas na sub-aba “Jornal Sem-terra”. Em “Biblioteca Virtual”, dentro das 12 pastas que citamos acima, encontramos 2 livros, 6 dissertações e 1 tese, 7 revistas e 2 cadernos de estudo que tem como foco a nossa temática.



### 4.3. Produções do discurso acadêmico

Para as produções no âmbito acadêmico, acessamos o site de Banco de Dados de Teses e Dissertações – BDTD e, em sua página inicial, na barra de pesquisa, buscamos pelo descritor “Juventude e MST” o que nos levou a 4 teses e 40 dissertações. Das 40 dissertações, 5 estão duplicadas e 2 estão entre as que encontramos no site do MST, como citado acima. Das 4 teses encontradas, 1 também foi encontrada em nossa busca no site do MST. Dessa forma, restaram, após feitas essas observações, 36 produções que, a partir da leitura dos títulos, resumos e da temática do trabalho, selecionamos 18 a serem analisadas na primeira fase e 4, na segunda.

Dividiremos dessa maneira os trabalhos selecionados por produções, investigando de que maneira essa produção olha para o(s) jovem(ns) e a(s) juventude(s). Abaixo apresentamos a organização dos documentos que foram trabalhados na investigação da primeira fase.

Tabela 3 - Organização dos documentos usados no estudo

	<b>Autor(a)</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>
1	Natacha Eugênia Janata	<b>Fuxicando sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST</b>	2004
2	Rosângela Steffen Vieira	<b>Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra</b>	2004
3	Fabiano Antônio dos Santos	<b>Trabalho e educação do campo: a evasão da juventude nos</b>	2006

**Assentamentos de reforma agrária – o  
caso do assentamento  
José Dias**

4	Fernando Luis Martins costa	<b>Dinâmica socioeconômica e juventude do Assentamento Florestan Fernandes.</b>	2010
5	Goretti Maria Sampaio de Freitas	<b>Sob o signo da relação: a mídia e os sentidos culturais dos jovens residentes em assentamentos rurais do MST-PB</b>	2010
6	Judson Jorge da Silva	<b>Caldeirão e Assentamento 10 de Abril: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense</b>	2010
7	Alexandre Henrique Bezerra Pires	<b>Extensão rural, agroecologia e juventude rural: A experiência dos agentes promotores da agroecologia (Apas), No sertão do Araripe – Pernambuco</b>	2011
8	Jeremias Alves de Araújo e Silva	<b>Jovens assentados, jovens estudantes, jovens professores: juventude em assentamentos rurais do RN</b>	2011
9	Natacha Eugênia Janata	<b>Juventude que ousa lutar!</b>	2012

<b>10</b>	Carla Tatiane Guindani	<b>Jovens de assentamentos de reforma agrária</b>	2015
<b>11</b>	Cosma dos Santos Damasceno	<b>Contribuições e desafios da escola do campo Francisco Araújo de Barros para construção do projeto de agricultura camponesa do MST – Ceará</b>	2015
<b>12</b>	Ricardo Callegari	<b>Entre Lutas, Valores e Pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan</b>	2015
<b>13</b>	Caio Marcelo Formiga	<b>Cultura digital e juventudes do campo: vivências no assentamento terra vista</b>	2016
<b>14</b>	Jane Andréia Cabral e Silva	<b>Juventude rural e trabalho: o caso do Assentamento Mártires de Abril, Distrito de Mosqueiro – Belém/PA</b>	2016
<b>15</b>	José Cláudio Monteiro Mascena	<b>A juventude e trabalho no campo: desafios e perspectivas de jovens assentados em áreas de reforma agrária no município Açailândia-Maranhão</b>	2017

16	Roberta Brangioni Fontes	<b>Sonhos e memórias de re-existências no campo: juventudes e territorialidades no Assentamento Primeiro de Junho</b>	2017
17	Tábata Neves Rosa	<b>A permanência da juventude camponesa nas comunidades de Cristinápolis- SE</b>	2018
18	Milton Marcondes Teixeira Junior	<b>O papel do jovem na agricultura familiar no assentamento Sepé Tiarajú – SP</b>	2019

---

Nas produções olhamos para o sumário, resumo, introdução e o(s) capítulo(s) que trata(m) especificamente sobre o(s) jovem(ns) e a(s) juventude(s). Olhamos assim para os discursos que têm sido produzidos sobre o jovem e a(s) juventude(s) do MST.

Sendo assim, essa investigação possibilitou ampliar ainda mais a rede que citamos acima, numa tentativa de contribuição para pesquisas e produções que tenham como foco os discursos que circulam quando se fala do jovem e da(s) juventude(s) do/no MST.

Entendemos que campo e cidade não são esferas diferentes e não estão separados por uma estrutura hierárquica, tendo no topo a universidade, representando a cidade e sendo tomada como o lugar que habita e produz o saber e o MST representando o campo e sendo o local, onde se produz os dados a serem pesquisados, como se ali a vida não ocorresse ou não se produzisse, como se os sujeitos do campo apenas se enquadrassem no que já está pronto nas cidades, desde sua forma de subsistência até a produção de subjetividade.

Nesta linha de análise, Arruda e Brito (2009) afirmam que as limitações e problemáticas não são específicas da educação do campo. Para as autoras, a luta

deve também ser pela pauta de educação pública, gratuitas, de qualidade, laica e única. O que não desconsidera as especificidades da educação do campo.

Desta forma, tratar de contextos também é permanecer no campo do específico, ou das especificidades, se não se desvela o porquê da existência de tais singularidades na sociedade capitalista. Ademais, somente o entendimento da sociedade capitalista pode esclarecer como atuam os processos homogeneizadores que subordinam a produção de mercadorias à grande indústria e ao mercado globalizado, em qualquer espaço geográfico de nossa sociedade, mas que, contraditoriamente, reproduz as condições de existência das especificidades (ARRUDA e BRITO, 2009, p. 48).

O cuidado das autoras é com uma perspectiva de pensar uma cultura do campo e uma cultura urbana, visto que isso significaria um obstáculo qualquer, perspectiva de unidade e compreensão da vida humana a partir da totalidade (ARRUDA e BRITO, 2009, p. 49).

Essa problematização da defesa por uma educação específica do campo realizada pelas autoras advém de uma preocupação externalizada por elas de que o discurso de especificidades do campo é um discurso do próprio capital e, nesse sentido, a complexidade entre específico e totalidade precisa, o tempo todo, ser repensada e tensionada.

A produção e análise dos dados se deram a partir do conceito de “fora do texto” de Lourau (1993), observando as palavras de maneira a encontrar detalhes, hora esquecidos ou pouco evidenciado, em partes dos textos sobre os jovens no MST. Educamos nossos sentidos com fins de observar como o(s) jovem(ns) comparecem e, se compareceram, entendendo as nuances em que cada produção foi escrita. Apesar de restrito às diversas áreas de conhecimento que vêm compor o que chamamos de ciências humanas, a força que essas produções carregam, já na sua elaboração, possibilitaram que mesmo não estando no assentamento, ouvíssemos os jovens que compareceram nessas produções.

Em um primeiro momento, apresentaremos como os/as autores/as operam, definem e caracterizam o(s) jovem(ns) para que possamos compreender de onde partem quando se dispõem a discutir a temática.

No item sobre Juventude ou Juventudes, apresentaremos de que maneira a juventude ou as juventudes comparecem nas produções que analisamos. Em todos

os trabalhos, apesar de terem caracterizações e definições distintas, opera-se a partir de juventude, no singular, como se houvesse apenas uma, de maneira a reafirmar modelos institucionais do que é ser jovem. Encontramos as definições de juventude nas produções por:

- 1- Categoria social: em que entende-se juventude a partir do contexto histórico e do território no qual o indivíduo está inserido, tendo também uma relação com o trabalho e o capitalismo;
- 2- Representação social: partindo da cultura, autodefinição, gênero, raça e classe;
- 3- Etapa da vida: juventude enquanto um momento da vida que se situa entre a infância e a vida adulta, como um momento de transitoriedade;
- 4- Faixa etária: tem como base o estatuto da criança e do adolescente que classifica jovem entre 15-29 anos.

Cada produção ao definir a categoria juventude, também, tem uma determinada caracterização e parte de alguns autores de referência acerca da temática como ABRAMO (1997), ABRAMOVAY (1998), MANNHEIM (1993), CASTRO (2013), CARNEIRO (2007), JANATA (2012) e FORACCHI (1972).

Ao caracterizarem a juventude, observamos que o gênero, a inserção no mundo do trabalho, o contexto histórico e cultural, o campo e a cidade e o sistema capitalista atravessam as produções criando e expandindo ainda mais a temática, porém na maioria dos trabalhos investigados, metodologicamente, os autores e autoras utilizam da noção de faixa etária como ferramenta para a produção dos dados. Fica evidente, dessa maneira, que embora haja outras “juventudes” ou definições distintas do que seria a juventude, somente utiliza-se como ferramenta de pesquisa a instituição Juventude, marcada por um momento definido na vida do indivíduo ligado a sua idade biológica, mesmo que, como dito acima, não se resume somente a ela.

As instituições têm um papel determinante na hora de definir a juventude e o jovem, pois sua inserção nesses espaços vai ocorrer, sobretudo, por um recorte etário, de etapas ou ritos de passagem a serem conquistados, gênero e o trabalho. Logo, encontramos, nas produções, jovens que afirmam serem jovens ou não, por serem mulheres casadas e com filhos, ainda que dentro da faixa etária dos 15-29.

Encontramos, também, jovens que por não trabalharem ou por morarem ainda com os pais, consideram-se jovens e outros que, por já terem conquistado a terra e estarem inseridos em uma relação laboral, não se entendem mais como jovens.

Comparecem nas produções a categoria juventude rural e juventude do campo, que são categorias distintas, apesar de falarem do mesmo público. Das 18 produções que analisamos, 13 usaram juventude rural, 2 usaram juventude do campo e 3 não fizeram distinção e usaram os dois termos.

As duas produções que optaram pelo termo juventude do campo, o fizeram por entenderem que juventude rural é sinônimo de atraso, dado que o “rural” é entendido como a roça, o interior, onde a vida se passa de uma forma diferente da cidade, logo atrasada econômico, tecnológico e culturalmente.

As juventudes buscam uma afirmação de si, um “quem somos nós”, “o que somos nós”, algo que ainda se constitui em um movimento que não há fim, pois são nos acontecimentos que isso ocorre. Porém, como diria Foucault (1995, p. 239)

(...) talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar quem somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas de poder moderno.

Desta maneira a juventude militante do MST ao forma-se no trabalho e na luta pela terra nesta relação da pratica-teoria-pratica, afirma também esse quem somos nós. Um pertencimento com as lutas do movimento que vão sendo reafirmadas nos movimentos e momentos coletivos de formação humana oportunizados pela liderança do MST.

#### **4.3.1 Análise das temáticas: Gênero e Evasão nas produções**

Apresentaremos abaixo quatro textos selecionados para a análise, considerando algumas questões problematizadas ao longo do trabalho. É imperativo observar que as pesquisas abaixo refletem realidades de determinados assentamentos e não podem ser lidas como análises universais. A escolha dos quatro textos entre os analisados na primeira fase se deve ao fato: são textos que

apresentam narrativas do cotidiano das juventudes no MST e colocam em análise duas temáticas que se destacaram na primeira análise. São elas: a temática de gênero e a evasão das juventudes dos assentamentos.

Como sistematização da análise dos textos, optamos por contextualizar todo o trabalho e depois apresentar nossas análises.

### **Contextualização do texto 01**

O primeiro texto em análise é uma dissertação apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2004. A autora Natasha Eugenia Janata pesquisou as meninas-jovens-mulheres do MST. Os assentamentos estudados foram o de 30 de Outubro e São José, no município de Campos Novos, Santa Catarina.

Janata (2004) procurou compreender como se dava a dinâmica familiar e as relações de trabalho entre essas meninas e o assentamento. Ela encontrou coisas muito interessantes. Observou, por exemplo, que as jovens vivem em processo de luta constante. O texto possui duas questões: a primeira questão é a luta comum a todos do MST, a luta contra o capital.

A briga contra o capital aparece no texto como um projeto histórico do MST que, entre outras pautas, se contrapõe à propriedade privada. A temática de gênero aparece nas discussões da autora. Ao analisar as 31 meninas dos assentamentos, observou que estas travam uma luta interna e outra externa. A externa é contra o modelo de vida capitalista, imposto à sociedade e a outra, que é interna, está relacionada à resistência contra esse processo do patriarcado, de misoginia, do machismo que está presente na sociedade como um todo.

O trabalho discorre sobre a temática de gênero e as jovens do MST. A autora teve o cuidado de escutar as meninas dos assentamentos e, a partir disto, produzir suas observações. O relato das jovens evidencia a realidade manifesta no MST, o que elas precisam, e quais as possibilidades que têm de luta para garantir o básico para a sobrevivência.

E é nesse processo que ela expõe que os relatos expressam que as meninas possuem uma consciência política e uma consciência social, as quais vão sendo



resgatadas durante os relatos, ou seja, toda essa realidade está evidenciada no MST, bem como o que elas necessitam e quais as possibilidades que elas têm de luta para garantir os seus direitos. Ao mesmo tempo essas meninas têm esse sentimento de pertencimento ao MST forte, internalizado. São pessoas que gostam daquele lugar; que dizem “eu amo estar aqui!”, “não me vejo fora daqui”.

Tanto a questão de gênero quanto a pluralidade apontam para a necessidade da dimensão coletiva. A pesquisa direciona uma conversa entre o individual e o coletivo. O que fortalece o processo de formação humana para esse indivíduo que está ali presente. Para a autora, a inserção das jovens no MST contribui para a inserção delas nas lutas sociais. Esses contatos com as lutas e suas pautas contribuem para o exercício de novos valores, o que já se configura como uma busca por garantias de direitos.

Segundo a fala de uma mãe, se a filha não participasse do MST não teria acesso ao programa de educação que ela participa, então, o coletivo permite que ela tenha as garantias e ganhos que, talvez, no individual não teria.

Afirma a autora que a vida no individual tem uma dimensão mais sofrida, gerada principalmente por condições econômicas. Mas os relatos das jovens também se concentram na análise de que no âmbito familiar, porém afirmam que os processos de decisão estão mais centrados na figura masculina; quando estão em atividades coletivas, isso se dilui com a maior facilidade. A tomada de decisões no âmbito familiar que estava mais restrita ao pai, ao marido, nas assembleias, quando em reuniões, a mulher ganha maior divisibilidade e autonomia. Entretanto, para a autora, ainda persistem relações desiguais entre homens e mulheres. Existe um avanço em relação às instituições tradicionais, que não primam por construções de atividades e pautas de forma coletiva como o MST, mas ainda longe do ideal.

Já a criança do MST tem acesso a diferentes manifestações de lazer, de ludicidade dos jovens. Estes têm menos, pois estão engajados nesse trabalho de responsabilidade. No movimento do MST, o trabalho do jovem é intenso, muitas vezes, tanto quanto o do adulto.

Parece que existe um amadurecimento do jovem de forma um pouco mais rápida. A autora afirma que o tempo e o espaço do jovem ficam mais restritos aos finais de semana.

A respeito dos sonhos, devido à dureza do trabalho, pois a prioridade do MST são as lutas sociais, muitas vezes, essas jovens têm sonhos que não necessariamente são os mesmos sonhos do MST; entretanto, pela responsabilidade que elas assumem, a opção é valorizar os sonhos coletivos.

A autora observou que as meninas-jovens-mulheres apresentam as críticas sobre essas questões cotidianas, mas não apontam vontade de sair do assentamento. Pelo contrário, afirmam adorar viver o MST. E, assim, a autora fecha o trabalho falando da importância que o MST tem na educação dessas meninas e na contextualização de sonhos desejados, como o acesso à cultura, para além do futebol e o acesso à educação. O MST tem parceria com a formação que pode ascender a uma universidade.

As meninas expressam que seus sonhos individuais são, na verdade, sonhos coletivos; que não seria possível se não fosse a partir dos movimentos sociais. A autora, então, enfatiza essa inquietação das jovens que, por um lado, percebem os avanços e, por outro, sentem as dificuldades. Em relação aos problemas ligados à desigualdade entre homens e mulheres, essas meninas embora percebam a cultura do machismo em algum momento na sociedade, isso não se materializa como um problema para elas.

### **Análise do texto 01.**

Janata (2004) faz um trabalho potente mapeando as diversas forças de subjetivação que atravessam o cotidiano das jovens que vivem nos assentamentos do MST. Apresenta a força dos processos coletivos de formação humana dos assentamentos e enfatiza que as jovens e mulheres são mais ouvidas nos espaços de debate e produção de pautas e enfrentamentos coletivos.

Essa tentativa “desterritorializante e massificadora” do capitalismo como afirma Rolnik, se manifesta na produção de subjetividades historicamente marcadas pelo controle do poder feminino. Ao tirar, porém, a mulher da situação de filha, namorada

e esposa e colocá-la como militante nos debates coletivos, o MST provavelmente possibilita o movimento entre as mulheres e homens para além dos laços familiares individuais.

O que promove um apoio mútuo entre as minorias, no caso em estudo, entre as mulheres e até entre homens que já tenham uma experiência ampliada de apoio à luta das mulheres. Embora a autora dialogue que não existe uma total compreensão do machismo e misoginia como uma modulação do capitalismo nem entre as mulheres, nem entre os homens, porém ao ouvir os relatos com reclamações das jovens, acreditamos que essa problemática não passa totalmente despercebida, principalmente porque elas apontam os avanços sobre seus direitos quando atuam na dimensão coletiva, incluindo o acesso a programas que são conquistas do MST, que fora do assentamento, não teriam.

## **Contextualização do texto 02**

Esse trabalho é uma dissertação de mestrado na Universidade Federal do Paraná e foi produzido em 2006. Santos (2006) coloca como objetivo analisar como a dificuldade de produção da vida no campo é marcada principalmente pelas imposições do modo de produção capitalista e como isto tem levado ao êxodo de jovens no assentamento José Dias.

O trabalho foi analisar o processo de evasão dos jovens desse assentamento. O assentamento fica na Fazenda Pinheiro, no município de Inácio Martins, e foi formado a partir de uma ação no âmbito da reforma agrária brasileira.

Nesse projeto, tive oportunidade de reconhecer, no MST, uma força capaz de diminuir a desigualdade, de mostrar para mim as possibilidades de superar as desigualdades expressas nas relações sociais. (SANTOS, 2006, p. 15)

O autor fez a pesquisa utilizando entrevista semiestruturada, em 26 casas do assentamento; entrevistou tanto adultos quanto jovens. O conceito de campo e MST, às vezes, não fica claro no texto. A problemática da invasão da Juventude foi detectada a partir da entrevista. Nesta ele trabalhou duas questões importantes a serem pensadas: A) a análise das implicações do modelo de produção capitalista sobre a vida da Juventude do campo e os impactos que esse modelo tem na vida da

Juventude. Ao analisar os relatos dos jovens, observou que a falta de trabalho obrigava a alguns, que não estão no assentamento, a vender sua força de trabalho para fora. Ou seja, em vez de trabalhar no campo, esses saiam para trabalhar fora.

Para o autor, o jovem do campo ao se deparar com a dificuldade de mercado para vender a própria força de trabalho, encontrava no município essa possibilidade. Então, o jovem sai dessa terra conquistada, de forma triste, pesaroso; ele não vai com boa vontade, mas se sente de mãos atadas, pois precisa resolver os seus problemas imediatos relacionados à sobrevivência. O autor aponta a falta de trabalho no próprio campo, a baixa produtividade da terra, dificultando a produção do próprio alimento.

A segunda questão está relacionada à falsa concepção que alguns jovens possuem de cidade. Para esses jovens, a cidade é um lugar mais avançado que o campo; ele acredita encontrar na cidade coisas que ele não encontrava no campo, como práticas corporais, cultura. Segundo a análise, o jovem não consegue entender que essa concepção de cidade está “mascarada”. Por este motivo, o texto possui uma discussão sobre essa idealização da cidade.

Para o jovem, nessa cidade idealizada, ele tem emprego em abundância, tem diversão garantida. Mas ao fazer análise de onde esse jovem que largou o campo está, ele vai trazer para o trabalho os dados de que eles estão na favela. Essa população jovem que se evade do campo vai para a favela, e lá quais são as condições de vida dos jovens? Tem trabalho garantido? Tem lazer garantido? O jovem tem as condições que ele imaginava?

O autor apresenta essa problematização e traz algumas questões,

(...) a recusa de tal identidade não foi unânime diante da totalitária da Juventude, então, foi um grupo total e aí ele vai definir que essa entrevista define cinco grupos diferentes. (SANTOS, 2006, p. 126)

Esse grupo analisado pelo autor perde a perspectiva de transformar a realidade, a concepção enquanto agente histórico, que não tem a formação política fortalecida pelo MST. E esse grupo são aqueles que não estão nos acampamentos e que fizeram a opção por desenvolver as atividades produtivas em lotes individuais. Já o grupo que fez a opção de trabalhar, de manter o assentamento a partir de atividades

produtivas e desenvolvidas na modalidade de produção coletiva, possui posições de comprometimento político com as bandeiras do MST.

Então,

“(…) trata-se, portanto, de manifestação política em uma dimensão cultural de um significado de estágio de consciência mediada pelas relações de produção mais coletiva, amadas e pautadas por dimensões solitárias do trabalho” (SANTOS, 2006, p. 126)

O autor conclui que um grupo fez o trabalho produtivo da terra de forma individual e o outro fez o trabalho produtivo de forma coletiva. Aparentemente, o grupo que fez o trabalho de forma coletiva é do assentamento MST e detém a lógica do MST, daquele trabalho coletivo.

### **Análise do texto 02.**

Observamos que os jovens que analisaram e que buscaram o trabalho e a vida fora dos assentamentos foram aqueles que optaram pelo trabalho produtivo da terra numa dimensão individual. Os que realizavam o cuidado com a terra na dimensão coletiva se mantiveram no acampamento. Estes provavelmente são os que mantêm as ideias-forças. Essas fortaleceram as marcas da história, dos símbolos e pautas do MST em cada militante. Esse processo de luta, provavelmente, foi produzindo uma identidade cultural e mesmo ofensivamente atacada pela mídia, manteve suas bases fortes da formação do MST.

No capítulo 03 fizemos a discussão sobre a pesquisa de Castro (2005), em que a autora enfatiza a contribuição das formações, lutas e experiências coletivas nos assentamentos do MST para identificação do jovem com a luta pela terra. Como observamos a juventude militante uma vez que tem o pertencimento com a luta pela terra passa a conseguir fazer o enfrentamento contra o capital e se manter junto ao acampamento.

### Contextualização do texto 3

Vieira (2004) divide o trabalho em três capítulos. No primeiro, ela situa a pesquisa partindo de três eixos: primeiro, o MST; segundo a juventude e; terceiro, a sexualidade e os gêneros. Partindo desses três eixos, ela constrói o texto de maneira a fazer as relações entre os três fios, dado que o foco da autora é pesquisar a juventude e a sua relação com a sexualidade, trazendo um enfoque na questão do gênero em como é a busca, identificação e vivência da sexualidade do homem e da mulher nos assentamentos da região sul da Bahia.

A autora inicia o fio da Juventude conceituando como “juventudes”, dizendo que há uma diferença entre o campo e a cidade, entre o urbano e o rural, não como se os jovens do assentamento, ou quem fosse do campo, fossem atrasados, mas exatamente tentando fazer esse contraponto, mostrando que as questões que perpassam o jovem na cidade não são menores, como muitas vezes são a causa do que se acontece no campo.

Ela continua afirmando que os jovens do assentamento seriam considerados a periferia da periferia, fazendo um paralelo com os jovens de periferia na cidade, os quais têm uma dificuldade muito grande de se inserirem nas políticas públicas, nos espaços de lazer e de decisão. Para o jovem do campo, isso fica ainda mais difícil, dado o que a mídia propaga, até mesmo para esses jovens de periferia, que o MST pode, a qualquer momento, estar invadindo seu espaço. Tal conceito, para a autora, torna difícil olhar-se para o jovem do campo por esse estigma já instituído.

A autora apresenta a forma em que ocorre a inserção dos jovens entrevistados no MST, pontuando que a maioria deles nasceram ou chegaram muito pequenos ao assentamento; desde o acampamento, se orgulham do movimento, do lugar que estão e como essa experiência os atravessa e impacta diretamente na maneira como esses jovens se enxergam hoje na relação com o trabalho, a religião, a família, com o lazer e com os projetos, apresentando, assim, uma juventude que está em constante movimento com as questões do seu cotidiano.

Como método de coleta de dados, a autora opta em fazer entrevistas semiestruturadas com oito jovens, entre 15 e 18 anos, selecionados por ela entre as escolas dos assentamentos, sendo quatro meninos e quatro meninas.

### **Análise do texto 03**

Podemos resgatar a discussão do texto 01 sobre gênero. Entender que a tentativa de captura desses jovens, de controle dos corpos destes jovens através do controle da sexualidade, sobretudo da sexualidade das mulheres e das jovens são processo que faz parte do modelo econômico e político do capitalismo.

Como foi apresentado no capítulo 03, os momentos de formação do MST com a mística criam espaços para ouvir mulheres como Maria Zelzuita Oliveira de Araújo. Maria foi a única sobrevivente do “Massacre do Eldorado do Carajás” ocorrido em 1996. Ao ouvir esta e outras mulheres, o movimento faz a escuta da potência e força da mulher militante do assentamento. Isso talvez explique a força da Marcha das Margaridas que é um movimento de mulheres do MST que em 2019 reuniu mais de 100 mil pessoas em Brasília, a maioria trabalhadoras rurais. O protesto foi pelo fim da violência contra as mulheres e pelas lutas históricas do MST.

Figura 7 – Marcha das Margaridas, 2019



Fonte: Agência Câmara de Notícias

## **Contextualização do texto 04**

O autor começa traçando um panorama da situação agrária no país comentando que essa questão no Brasil vem desde a época da colonização, em 1534, com as capitâneas hereditárias e das exigências feitas por D. João III ao entregá-las na mão de fidalgos e nobres as terras “descobertas”.

Nesse contexto, uma das exigências era a produção da cana-de-açúcar e, para que isso fosse possível, os capitães donatários dividiram as capitâneas em sesmarias, dividindo dessa forma a terra a outros nobres e utilizando mão de obra escrava para o trabalho. Na nova república, os capitães das capitâneas e todas as pessoas que tiveram acesso à terra passam a deter ainda mais o controle sobre as terras, pois com a proclamação da independência em 1822, a terra que antes pertencia ao rei de Portugal passa agora a pertencer ao Estado.

Em 1850, com a proximidade da chegada de imigrantes para o trabalho no campo e com a proibição do tráfico negreiro, o Estado, para beneficiar e regularizar a terra dos Barões do café, cria a lei de terras, abrindo mão do direito à posse sob medida de compra e venda, o que facilitou para a oligarquia e dificultou o acesso à terra a homens e mulheres livres que chegavam ao Brasil.

Já na ditadura civil-militar houve diversos projetos de redistribuição de terra em que um deles era referente às terras amazônicas, mas que no fim acabou não sendo cumprido. O governo militar propôs ao trabalhador rural que ele fosse até Amazônia, ocupasse um pedaço de terra, desmatasse, plantasse e, em seguida, o governo retirava desse trabalhador o direito àquela terra que eles haviam trabalhado.

Nesse mesmo contexto, o autor aborda a criação e formação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e, a partir daí, a intensificação da reforma agrária e a formação dos assentamentos com a criação do INCRA, passando pelos governos Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, no qual vai mostrando como cada governo geriu e lidou com a questão agrária. No governo Collor, o autor pontua a destruição do INCRA; no governo FHC, a reconstituição do INCRA em um movimento que é uma tentativa de conversa com o MST, logo após o Massacre de Eldorado do Carajás em 1997; e com o governo Lula,



segundo o próprio texto, há um avanço em relação aos outros governos, por ter tido como uma de suas bandeiras a reforma agrária.

Contextualiza o debate da Juventude Rural com a discussão acerca dos jovens ficarem ou não no campo, ressaltando que a maioria tem interesse em ficar, mas que por condições objetivas de subsistência, de acesso à terra, espaços voltados para o lazer e para cultura e a invisibilidade, acaba sendo inviável a continuidade no assentamento. O autor coloca que o espaço de terra conquistado por cada família é pequeno e daria para dividir apenas com dois filhos, inviabilizando a permanência dos demais filhos na terra por não terem de onde tirarem seu sustento.

Costa (2010) termina esse primeiro momento discorrendo sobre sistemas agrários, que seriam “*o conjunto das ideias e das instituições que permitem assumir a reprodução social: produção, relações de produção e de troca, repartição do produto, etc*” e sistemas de produção, citando Dufumier (1996) define que na escala de um estabelecimento agrícola, os sistemas de produção podem ser uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais e, a partir desses conceitos, aborda o perfil agrário do município de Florestópolis, onde se encontra o assentamento Florestan Fernandes, foco de estudo do autor.

Na sequência, o autor divide o texto em dois artigos. No primeiro, ele apresenta a dinâmica socioeconômica do assentamento no qual vai discorrer, como se originam os assentados, a participação na tomada e ocupação da terra e em como eles estiveram ali ao longo do tempo até que a terra fosse conquistada.

Outro tema abordado é como a população do município reagiu a essa chegada, apontando, em um primeiro momento, a um processo de não aceitação do assentamento, mas que logo depois começa-se a compreender e aceitar a chegada, pois paralelo a isso, percebe-se que há uma possibilidade de troca com o assentamento, através da produção familiar voltada para a bovinocultura do leite.

No segundo artigo, trabalha o jovem rural, mostrando a participação dos jovens no assentamento, dizendo que a maioria dos jovens têm interesse, mas sentem que possuem pouco espaço para trabalhar no assentamento.

O estudo apresenta uma relação do jovem que quer ficar, do jovem que quer sair e o jovem que quer ficar, mas tem que sair. Dessa forma, mostra que o jovem que sai e deseja sair é minoria, 17% e 18% dos jovens; os que desejam ficar e ficam no assentamento representam quarenta e quatro por cento; os que desejam ficar, mas têm que sair em função de todas as condições que já trazem desde o início, é de 33%. Dessa maneira, ele traça um paralelo de que há um desejo dos jovens de permanecerem no campo.

O autor finaliza apontando que a maioria dos jovens têm interesse na luta pela terra, no assentamento, entendendo que aqueles espaços também é deles, destacando aqui que a maioria dos jovens do assentamento participaram do processo de ocupação, de luta e conquista pela terra, criando assim um sentimento de pertencimento àquele espaço.

#### **Análise do texto 04**

Observamos na pesquisa do autor que a formação do jovem do MST é como uma força de resistência capaz de confrontar o Estado e o capital. Nesse sentido como já afirmado, a luta coletiva do jovem forma uma ação consciente, na medida em que produz os meios para sua subsistência. Nessa produção da própria vida é que esse sujeito forma também outro modo de existir e resistir nesse confronto contra o Estado e o capital. Dessa maneira é no trabalho coletivo, na relação com o trabalho na terra que se produz a vida, mas sobretudo, que se formam praticas emancipatórias diante da barbárie.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, conseguimos identificar no texto que o jovem comparece principalmente a partir da luta pelo direito e acesso à sua sexualidade e autonomia, frente ao patriarcado e pela luta por alternativas para permanecerem no campo, partindo do seu modo de vida e de sua subjetivação.

Os jovens comparecem nos textos 1 e 3 na medida em que encontram, mesmo em meio a tentativa de controle dos corpos e das subjetividades por parte do Estado e Capital, linhas de fugas que permitem escapar entre as rachaduras, como no caso do primeiro texto, em que há o processo coletivo e no segundo, a vivência da sexualidade na escola durante os intervalos de aula.

Os jovens nos textos 2 e 4 comparecem na medida em que, mesmo na iminência ou na concretude de sua saída do campo, trazem consigo as marcas da luta pela terra e, dessa maneira, a luta por direitos, não deixando de enxergar que no campo há uma falta de políticas para a juventude, mas lutando por elas de forma a encontrarem, nas fissuras, maneiras de habitarem o assentamento e o movimento de forma que sentem desejo de estar na terra.

Falar de juventudes foi um desafio, tendo em vista que a sociedade trata a juventude como uma, singular, em que o jovem se vê obrigado a adequar-se a estar situado apenas nesse território. Apesar de singular, aponta para uma diversidade de formas e modos de se ver a juventude, seja por idade, lugar social ocupado, gênero e outros que foram explicitados no texto, porém ao analisarmos os quatro trabalhos propostos, percebemos que o a força da juventude militante nesse trabalho está intrinsecamente ligado a formação e pertencimento no MST, por situar o jovem numa posição em que se vê diante da necessidade da continuidade do assentamento e da luta.

A juventude militante ao perceber a tentativa de controle de seus corpos e modos de subjetivação fazem o enfrentamento ao Estado e ao capital partir das experiências de luta pela terra e momentos coletivos de formação. Na busca pela emancipação ampliam de enfrentamento como a mística que são experiências artísticas que produzem movimentos prático-reflexivos da luta política por novas relações sociais de produção da vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Élcia Esnarriaga de; BRITO, Silvia Helena Andrade. **Análise de uma proposta de escola específica para o campo**. In: Educação no campo recortes no tempo e no espaço. Gilberto Luiz Alves (org.). Editora Autores Associados, UNIDERP. Campinas: 2009

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas e RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. **Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos**. Revista Estudos de Sociologia. v. 21, n. 40, 2016. p.21-37

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**, in Magia e Técnica, Arte e Política, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, tese XV, p. 230.

BOGO, Ademar. **Arquitetos de sonhos**. Editora Expressão Popular, 2003.

CALLEGARI, Ricardo. **Entre lutas, valores e pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan**. Dissertação – Mestrado em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Marechal Cândido. Rondon-PR, 2015.

CASTRO, Carmen Verônica dos Santos **A Mística de tornar-se jovem no MST - a experiência do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural**. Seropédica. Rio de Janeiro. UFRRJ. CPDA. 2005.

CÉSAR, Janaína Mariano. **O que se passa nos processos formativos? O labor de um êthos na produção de si / Janaína Mariano César**. – 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 198 f.

COMPARATO, Bruno Konder. **"A ação política do MST"**. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.4, p.105-118.

COSTA, Fernando Luis Martins. **Dinâmica socioeconômica e juventude do assentamento Florestan Fernandes**. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agronomia, 2010.

DAMASCENO, Cosma dos Santos. **Contribuições e desafios da escola do campo Francisco Araújo Barros**, para construção do projeto de agricultura camponesa do MST – Ceara. Dissertação (Mestrado em Agroecossistema), Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996.

FERREIRA, Adriana Amaral. **Ensaio das formas de resistência na história: crítica do capital e práxis emancipatória**. 2013. 205 f. Doutorado (Tese). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2013.

FORMIGA, Caio. **Cultura digital e juventudes do campo: vivências no assentamento Terra Vista**. Disertación de Maestría, programa de Pos graduación en Educación, UFBA, 2016. Disponible en: . Acesso em: 19 nov. 2018.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder** in Dreyfus, Hubert & Rabinow, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de L. M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Goretti Maria Sampaio. **Sob o signo da relação: a mídia e os sentidos culturais dos jovens residentes em assentamentos rurais do MST, PB**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

GECEP. **Projeto Educação Popular** do Grupo de Estudos Sobre Cultura e Educação Popular / Departamento de Serviço Social / UFES. Vitória/ES, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3ª Ed São Paulo: Cortez, 2003. Capítulo 5

GUATTARI, Félix. **O Capitalismo Mundial Integrado e a Revolução Molecular**. In ROLNIK, Suely (org.). **Revolução Molecular. Pulsões políticas do desejo**. Brasiliense, São Paulo, 1981.

GUATTARI, Félix. **Transversalidade**. In: ROLNIK, Suely. (Org.). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 88-105.

GUATTARI, Félix.& ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis; Vozes, 1996.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. 7ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUINDANI, Carla Tatiane. **Jovens de assentamentos de reforma agrária**: uma análise sobre o êxodo de jovens do assentamento Conquista na Fronteira. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2015.

HECKERT, A. L. C. **Narrativas de resistência**: educação e políticas. 2004. 313 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2004

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incrá nos Estados**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

JANATA, Natacha Eugênia **“Juventude que ousa lutar!”**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. 278 p.

JANATA, Natacha Eugênia. **Fuxicando sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST**. 136f. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004

KASTRUP, Virgínia. **O devir-criança e a cognição contemporânea**. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 13, n.3, p.373-382, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010279722000000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722000000300006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 23 mar. 2020.

LAGAZZI, S. M. **A discussão do sujeito no movimento do discurso...** 1998. 121 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1998

LEITE, J. F. & DIMENSTEIN, M. (2010). **Movimentos sociais e produção de subjetividade:** o MST em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 269-278.

LEITE, J.F.; DIMENSTEIN, M. “**Subjetividade em Movimento:** o MST no Rio Grande do Norte”, *Psicologia & Sociedade*; 18 (1): 21-30; jan/abr. 2006 , p. 28

LOURAU, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

MARX, Karl. **O capital:** Livro I, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MELLO, F. **O Movimento Plural:** reflexões sociológicas a partir de um assentamento do MST. *Revista Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2009.

MENEGAT, M. **O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto.** *Revista EPOS.* UERJ: Rio de Janeiro, v. 2, n.1, janeiro-junho de 2011. p. 25

MENEGAT, M. **Unidos por catástrofes permanentes:** o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina in: *Anais... VII SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL*, 2012, Uberlândia, MG. Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade e Trabalho – NUHPECIT/PPGHAIS/UFU; Niterói, RJ: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil – NUPEP/PPGH/UFF, CAPES, 2012.

MIGUEL, R. M. **Projovem Adolescente em Venda Nova do Imigrante – ES e a vida dos jovens:** Conexões, capturas, escapes e apropriações. 2014. 217 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo. 2014

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela terra e o MST.** São Paulo; Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM – TERRA. **Boletins.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/Documento>>. Acesso em: 23 Jul. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM – TERRA. **Jornal Sem – Terra**. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/Jornal>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM – TERRA. **Revista Sem – Terra**. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/Revista>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

NOGUEIRA, Renato. **O poder da infância**: espiritualidade e política em afroperspectiva. In: Momento: diálogos em educação, v. 28, n. 1, p. 127-142, 2019.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. In: **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

PIZZETA, A. J. **Formação e práxis dos professores de escolas de assentamentos**: A experiência do MST no Espírito Santo. 1999. 302 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo. 1999.

POSSAS, Hiran et al. **Territorialidades do mistério**: a mística no acampamento pedagógico da juventude Oziel Alves Pereira–MST. Humanidades & Inovação, v. 6, n. 14, p. 157-171, 2019

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **MST**: formação política e reforma agrária nos anos 1980. 2013. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2013.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, F. A. **Trabalho e educação do campo**: a evasão da juventude nos assentamentos de reforma agrária–o caso do assentamento José Dias. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

SANTOS, Fabiano Antonio dos. **Trabalho e educação do campo**: a evasão da juventude nos assentamentos de reforma agrária – o caso do assentamento José Dias. Dissertação de mestrado. Curitiba, 2006.



SILVA, Francinalda Araújo. **A Formação Política da Juventude**: uma experiência do MST no Assentamento Palmares – MA. 2013. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Humano – Universidade de Taubaté.

SILVA, Jeremias Alves de Araujo. **Jovens assentados, jovens estudantes, jovens professores: juventude em assentamentos rurais do RN**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Judson J. **Caldeirão e Assentamento 10 de Abril** – passado e presente na luta pela terra no Cariri Cearense. Dissertação de Mestrado. Fortaleza. UFC, 2010.

SIQUEIRA, Luziane de Assis Ruela. **Adolescentes em “Liberdade Assistida”**: Narrativas de (re) encontros com a escola. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, universidade federal do Espírito Santo, 2016,190 f.

VIEIRA, Rosângela Steffen. **Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record.

## ANEXOS

<b>Produção</b>	<b>Como opera?</b>	<b>Como define?</b>	<b>Como Caracteriza?</b>
<b><i>P1</i></b>	Juventude, Juventude RURAL	Juventude enquanto etapa, idade definida a partir de um momento histórico	reconhece que a juventude pode ser antecipada ou adiada em uma relação com o trabalho e as relações de gênero
<b><i>P2</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude enquanto idade, por ter feito um recorde com jovens de 15 a 18 anos	Entende que a juventude é composta por diversos aspectos da vida do indivíduo como autodefinição, escola, igreja, família, trabalho e relações sociais e de gênero.
<b><i>P3</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude em relação com diversos aspectos históricos e culturais, situando-a dentro da sociedade capitalista	Entende juventude como etapa e em relação com a sociedade capitalista.
<b><i>P4</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude enquanto faixa etária, por um momento histórico,	Juventude dentro da faixa etária de 15-28 anos
<b><i>P5</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude definida de maneira heterogênea por um contexto histórico sociológico	Trabalha com a faixa etária de 14 a 29 anos
<b><i>P6</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude enquanto fase, faixa etária e geracional	Quando usa da palavra juventude ou jovem se refere a faixa etária

<b><i>P7</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude enquanto etapa, fase da vida	Situa a juventude enquanto fase da vida onde o jovem tem a necessidade de se afirmar
<b><i>P8</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude enquanto fase da vida, transitoriedade da infância para a vida adulta	Juventude como fase de autoafirmação e um momento entre a vida adulta e a infância
<b><i>P9</i></b>	Juventude	Juventude enquanto faixa etária	Juventude enquanto faixa etária dos 15-34 anos e sua relação com o trabalho
<b><i>P10</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude enquanto construção social.	Juventude enquanto uma construção social, que se relaciona com a idade e com o capitalismo e suas várias formas.
<b><i>P11</i></b>	Juventude, Juventude do Campo	Juventude enquanto fase da vida	Juventude caracterizada por uma faixa etária, um momento da vida entre a infância e a vida adulta.
<b><i>P12</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude enquanto faixa etária e fase da vida.	Juventude situada na idade entre 14 e 33 anos em relação com o trabalho partindo de uma noção marxista.
<b><i>P13</i></b>	Juventudes, Condição Juvenil, Juventude Rural e do campo (não compreende a diferença)	Juventude em relação com os diversos âmbitos da vida, fugindo a uma definição singular.	Juventude entendida não somente como uma fase ou como uma faixa etária, mas em relação com o contexto e as instituições nas quais os

			<p>jovens se inserem, fugindo a uma definição singular e partindo para um plural. Ainda assim os jovens da pesquisa têm entre 13 e 22 anos.</p>
<b><i>P14</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude enquanto categoria social e como faixa etária	<p>Juventude enquanto categoria social, onde em cada momento da história será entendida de uma maneira diferente. Entretanto, a autora usa de faixas etárias para realizar sua análise, não excluindo que há uma pluralidade quando falamos de juventude e que não é somente uma etapa/fase da vida a ser passada. Fala em determinado ponto sobre Juventudes.</p>
<b><i>P15</i></b>	Juventude, Juventude rural e do campo (não compreende a diferença)	Juventude enquanto uma momento que é marcado por determinados ritos de passagem	<p>Juventude enquanto um momento da vida que se difere na cidade e no campo. O casamento, a autonomia financeira, a inserção no mundo do trabalho e a prole deslocam o indivíduo da juventude para a vida adulta</p>

<b><i>P16</i></b>	Juventude e juventude do campo	Juventude como categoria socialmente construída, a partir do contexto histórico e cultural	Juventude enquanto uma categoria social, marcada pelo capitalismo e suas reverberações, onde o indivíduo se situa a partir das relações de trabalho sendo este o que determina a juventude.
<b><i>P17</i></b>	Juventude, Juventude rural e do campo (não compreende a diferença)	Utiliza a noção de juventude por faixa etária, mas afirma que não fecha a definição por entender que há uma diversidade de autores e teorias sobre o que é ser jovem	Apesar de dizer que não definiria juventude, por entender que há uma diversidade de propostas do que é ser jovem a autora opta pela faixa etária e dá voz aos jovens para que eles se auto definam. Categoria social
<b><i>P18</i></b>	Juventude, Juventude Rural	Juventude enquanto categoria social, porém utiliza da faixa etária	Juventude como categoria social, entendendo o contexto e sua relação cultural, porém a autora trabalha com faixa etária no momento das entrevistas.